

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**OS IMPACTOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO
BRASILEIRO NA DÉCADA DE 90: UMA ANÁLISE PÓS-KEYNESIANA DAS
CONDIÇÕES DE OFERTA DE CRÉDITO NO PAÍS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Gisele Inácio Borges

Orientadora: Prof^ª. Patricia Arienti

Área de pesquisa: Macroeconomia

Palavras - chaves: 1. Internacionalização

2. Sistema Bancário

3. Portfólio

4. Crédito

Florianópolis, Abril de 2006.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à aluna Gisele Inácio Borges na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^a. Patricia Arienti

Presidente

Prof^o. Pedro Antônio Vieira

Membro

Prof^o. Vanderlei Sartori

Membro

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a toda minha **Família**, que sempre acreditou em mim e torceu pelo meu sucesso.

Ao meu namorado **Júlio**, pelo amor e carinho que sempre demonstrou, e que foram essenciais para esta conquista.

AGRADECIMENTOS

A toda minha **família** pelo apoio e pela confiança que depositaram em mim em todos os momentos de minha vida.

Em especial, a minha mãe **Onézia**, e ao meu irmão **Paulo** que sempre acreditaram e torceram pelo meu sucesso, a eles minha imensa gratidão.

Ao meu namorado **Júlio**, pela compreensão e carinho que sempre demonstrou, mesmo nos momentos mais difíceis que enfrentamos.

À professora **Patrícia**, pela orientação atenciosa e por todos os seus ensinamentos, meu agradecimento e admiração.

Aos colegas **Cleide** e **Cássio**, pela amizade sincera que sempre me demonstraram, e que guardarei para sempre com muito carinho.

A todos os meus **amigos** e demais **pessoas**, que se fizeram presente e de alguma forma colaboraram para que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

A década de 90 no Brasil foi caracterizada por um amplo processo de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, a partir do qual as medidas liberalizantes adotadas pelas autoridades governamentais criaram condições favoráveis para que os bancos estrangeiros participassem do setor bancário nacional. As medidas adotadas tinham como principal objetivo resolver os problemas financeiros de muitos bancos nacionais, que foram ocasionados pela perda das transferências inflacionárias, o *floating*. O governo pretendia evitar que os problemas enfrentados por algumas instituições nacionais pudessem ocasionar uma crise de todo sistema bancário e comprometer a estabilidade econômica alcançada, mas buscava, sobretudo, que estas instituições pudessem proporcionar melhores condições de crédito no país. Enquanto isso, as instituições estrangeiras buscavam no mercado bancário brasileiro a possibilidade de expandir seus negócios, e ampliar sua margem de lucros de acordo com as possibilidades existentes. Neste sentido, as suas expectativas quanto à possibilidade de lucros, levando em consideração as condições do ambiente doméstico e as suas preferências de portfólio de acordo com o risco inserido em suas atividades bancárias, influenciarão diretamente uma expansão da oferta de crédito, assim como a taxa de juros cobrada nestas operações.

A presença destas instituições no setor bancário doméstico segundo os objetivos pretendidos pelo governo, provocaria sensíveis mudanças no desempenho de todo setor bancário. Segundo este argumento, os bancos estrangeiros poderiam promover melhores condições de crédito, seja através de uma expansão na oferta de crédito como através de uma redução nos custos ao tomador de crédito.

Palavras-chaves: 1. Internacionalização. 2. Bancos Estrangeiros. 3. Portfólio. 4. Crédito.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Custos de Intermediação do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1994 a 2000 (%).....	40
TABELA 2: Rentabilidade Patrimonial do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1995 a 2000 (%)	43
TABELA 3: Índice de Margem Líquida do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1994 a 2000	45
TABELA 4: Composição dos Ativos do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1998 a 2000 (%)	47
TABELA 5: Composição das Receitas do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1994 a 2000 (%).	49
TABELA 6: Participação das Instituições nos créditos da área bancária no período de 1994 a 2000(%)	52
TABELA 7: Spread Bancário do Setor Bancário Brasileiro no período de 1994 a 2000 (% ao ano).	54
TABELA 8: Composição do Spread Bancário do Setor Bancário Brasileiro no período de 1994 a 1999 - Dados anuais (% ao mês)	55

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	6
1 - Introdução	8
1.1 - Problemática	8
1.2 - Objetivos.....	9
1.2.1 - Objetivo Geral.....	9
1.2.2 - Objetivos Específicos	10
1.3 - Metodologia e Estrutura	10
2 - As Preferências de portfólio do Sistema Bancário	13
2.1 - O papel dos bancos na intermediação financeira e a sua preferência pela liquidez	13
2.2 - A Firma Bancária: Uma firma maximizadora de lucros (uma visão pós-keynesiana) ...	19
2.2.1 - A Firma Bancária e o funcionamento da economia	21
3 - A Reestruturação do Sistema Bancário no Brasil e a Abertura aos bancos estrangeiros ...	24
3.1 - A Crise do Sistema Financeiro Nacional.....	24
3.2 - A Reestruturação do Sistema Bancário	31
3.2.1 - O PROER	31
3.2.2 - A Internacionalização Bancária	33
4 - O Desempenho dos bancos nacionais e estrangeiros no Brasil e as conseqüências sobre as operações de crédito	39
4.1 - Custos de Intermediação.....	40
4.2 - Rentabilidade Patrimonial	42
4.3 - Margem Líquida.....	44
4.4 - O Portfólio de Aplicações dos Bancos no Brasil	46
4.4.1 - Composição das Receitas do Setor Bancário	49
4.5 - O Spread bancário.....	53
5 - Considerações Finais.....	59
Referências Bibliográficas.....	62

1- INTRODUÇÃO

1.1 - Problemática

A década de 90 no Brasil foi marcada por um amplo processo de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional. Com a estabilidade que surgia no ambiente doméstico a partir da implantação do Plano Real, o sistema bancário precisou adaptar sua estrutura operacional ao novo contexto, a fim de manter a rentabilidade que até então vinha alcançando.

As medidas estabilizadoras adotadas pelo Plano Real causaram sérios problemas financeiros a muitas instituições nacionais. Com a queda da inflação, estas instituições perderam uma importante fonte de receitas, o *floating*. A perda do *floating* levou as instituições bancárias nacionais a substituírem esse tipo de receita por uma expansão da oferta de crédito ao público. Após a implantação do Plano Real, com a estabilidade econômica no ambiente doméstico, as instituições se mostravam mais propensas a emprestar, ao mesmo tempo a estabilidade alcançada provocava um aumento na demanda por empréstimos por parte do público.

A ameaça de uma crise de todo setor bancário levou o governo brasileiro a promover um conjunto de medidas voltadas à reestruturação do Sistema Financeiro no Brasil, dentre elas destaca-se a criação do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro) e do PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público da Atividade Bancária). Através destes programas, pode-se assistir uma reestruturação do Sistema Bancário Brasileiro mediante incentivo a fusão, incorporação e transferência de controle acionário, liquidação de bancos nacionais e a privatização de alguns bancos públicos.

Estas medidas adotadas pelo governo no intuito de promover o saneamento de instituições nacionais que enfrentavam problemas financeiros contribuíram para que posteriormente viesse a ocorrer um processo de internacionalização bancária no Brasil. A entrada dos bancos estrangeiros no setor bancário nacional era vista não apenas como importante instrumento para resolver os problemas financeiros dos bancos nacionais, mas também como um elemento fundamental para promover as melhorias necessárias nas

condições de crédito no país, através de melhor oferta de crédito e de melhores taxas de juros cobradas nas operações de crédito ao tomador final.

Acreditava-se que imigração para o Brasil de instituições bancárias oriundas daqueles países onde a proporção de crédito em relação ao PIB era muito mais alta que a brasileira, pudesse trazer para o setor bancário brasileiro esta mesma proporção, melhorando o volume de crédito ofertado e as taxas que até então vinham sendo praticadas no setor bancário nacional.

A expectativa das autoridades governamentais era de que a experiência e tecnologia dos bancos estrangeiros poderiam se traduzir em eficiência macroeconômica para o sistema bancário brasileiro, melhorando assim o volume de crédito ofertado no setor bancário doméstico, e oferecendo melhores taxas de juros ao tomador de crédito.

Diante do exposto pretende-se verificar se a entrada dos bancos estrangeiros no sistema bancário nacional criou de fato condições mais favoráveis para o aumento da oferta de crédito no país. De forma mais específica, busca-se avaliar se após a internacionalização do setor, o sistema bancário foi capaz de melhorar não apenas o volume de crédito ofertado, mas também o custo do crédito aos tomadores de recursos. Assim, neste trabalho, pretende-se verificar se a internacionalização do setor bancário contribuiu para a alteração do funcionamento do sistema bancário brasileiro, no que se refere a um melhor desempenho tanto dos bancos privados nacionais quanto dos bancos estrangeiros nas condições de crédito ao público.

1.2 – Objetivos

1.2.1 - Objetivo Geral

Analisar os impactos da internacionalização bancária na década de 90 no que se refere as condições de crédito bancário no Brasil, verificando se os bancos estrangeiros desempenharam um papel diferente dos bancos nacionais no que diz respeito oferta de crédito e ao custo cobrado nestas operações.

1.2.2 - Objetivos Específicos

- Verificar a oferta de crédito dos bancos nacionais e estrangeiros, separadamente.
- Verificar a carteira de títulos dos bancos nacionais e estrangeiros, separadamente.
- Verificar o custo das operações de crédito ao tomador final antes e depois da entrada dos bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro.
- Verificar a influência do spread bancário praticado pelos bancos no Brasil sobre o custo das operações de crédito ao tomador.
- Comparar os resultados obtidos pelos bancos nacionais com os resultados obtidos pelos bancos estrangeiros.

1.3 – Metodologia e Estrutura

Para alcançar os objetivos, geral e específico, o material a ser pesquisado será composto por material acadêmico relacionado ao assunto, balancete dos bancos selecionados, e demais dados retirados de relatórios do Banco Central e da Andima.

No que diz respeito aos bancos selecionados, foram escolhidos para análise alguns bancos do segmento privado nacional e alguns bancos do segmento estrangeiro. Os bancos privados nacionais escolhidos foram os seguintes: Bradesco, Itaú, Safra, e Unibanco. Para análise do segmento estrangeiro foram escolhidos os bancos: BankBoston, e Citibank, ambos bancos estrangeiros, e os bancos ABN Amro, HSBC e Santander, que são bancos com controle estrangeiro. Os bancos selecionados serão analisados no período de 1994 a 2000, com exceção do Banco HSBC, cujo período de análise será a partir de 1997, período em que passou a integrar o sistema bancário brasileiro, após a aquisição do banco privado nacional Bamerindus.

Para analisar alguns indicadores do segmento privado nacional e estrangeiro, foram utilizados também alguns dados disponíveis no relatório da Andima. Nestes relatórios foram considerados como bancos privados nacionais: os bancos múltiplos e comerciais e bancos com participação estrangeira. No segmento estrangeiro foram considerados: os bancos múltiplos e comerciais privados com controle estrangeiro e as

filiais estrangeiras. Estas informações sobre os segmentos bancários disponível no Relatório da Andima, foram obtidas a partir do Departamento de Cadastro e Informações do Banco Central.

Esses bancos foram escolhidos com o objetivo de proporcionar uma análise mais eficaz de desempenho do setor, já que alguns deles atuam em diferentes segmentos bancários. Enquanto os bancos: ABN Amro, HSBC, Santander, Bradesco, Itaú, e Unibanco, estão mais voltados à exploração do segmento de varejo, os bancos: Safra, BankBoston e Citibank tem seu foco no segmento de investimentos, com forte atuação na área de atacado de negócios.

Ressalta-se ainda que esses bancos foram se destacando ao longo da década, melhorando suas atividades bancárias de modo a se destacar no segmento bancário. Em 1995, dos 4 bancos privados nacionais selecionados, 3 deles já estavam entre os 10 primeiros bancos classificados no ranking nacional. Após o incentivo a participação dos bancos estrangeiros no setor bancário nacional, os bancos estrangeiros selecionados foram adquirindo seu espaço no setor bancário nacional, ocupando já em 2000, juntamente com os bancos privados nacionais analisados, lugar entre os 15 maiores bancos no ranking nacional.

O objetivo geral da pesquisa, verificar as mudanças ocorridas no volume de crédito ofertado no país, será obtido através de uma pesquisa comparativa entre bancos nacionais e bancos estrangeiros instalados no país, comparando suas preferências entre aplicações em títulos e valores mobiliários e aplicações em operações de crédito.

Para desenvolver o objetivo de análise das carteiras de títulos dos bancos nacionais e estrangeiros serão necessários dados sobre a evolução das aplicações neste tipo de carteira, encontrados em artigos especializados e, sobretudo através da análise dos balancetes dos bancos utilizados neste estudo. Será fundamental também a realização de uma comparação entre as aplicações em operações de crédito e as aplicações em títulos públicos, verificando as mudanças que ocorreram nas preferências dos bancos ao longo do período pesquisado.

Para verificar as consequências do desempenho dos bancos nacionais e estrangeiros sobre a taxa de juros cobrada nas operações de crédito será necessário analisar se este desempenho, através das estratégias adotadas por ambos os segmentos, foi favorável não somente às instituições bancárias no sentido de aumentar suas margens de

lucros, mas principalmente aos tomadores de crédito, através da redução no custo do crédito.

Tendo feito as análises pretendidas, pode-se verificar, então, se após a entrada dos bancos estrangeiros no setor bancário nacional ocorreram as mudanças pretendidas nas condições de crédito, tornando favoráveis o volume e o custo do crédito ao tomador final.

2 - AS PREFERÊNCIAS DE PORTFÓLIO DO SISTEMA BANCÁRIO

2.1 - O Papel dos Bancos na intermediação financeira e sua preferência pela liquidez

O sistema bancário caracteriza-se pela sua capacidade de oferecer produtos ao público, intermediando financeiramente os recursos que captam sob a forma de depósitos, e transformando estes recursos em oferta de crédito para a economia em que opera. (CARVALHO et al, 2000). Esta atividade permite aos bancos criar meios de pagamento sob a forma de depósitos à vista e, através destes depósitos captados, fazer a intermediação de recursos financeiros para o público.

O banco moderno originou-se a partir destas duas funções. Por um lado, a necessidade de que houvesse instituições que canalizassem recursos na economia para projetos que tivessem retornos elevados, caracterizou a função clássica dos bancos como intermediários financeiros. Por outro lado, surgiu a necessidade de que houvesse instituições com a função de depositários, agentes que garantissem segurança para seus depositantes. (CARVALHO et al, 2000).

Como criadores de meios de pagamento, os bancos acabam agindo como um custodiante de valores dos depositantes, permitindo que eles resgatem esses valores no momento em que desejarem. A credibilidade dos bancos perante os depositantes acaba tornando reduzida a necessidade de resgate destes valores, por este motivo, a reputação de um banco é essencial a prestação de seus serviços e sua sobrevivência em geral. (CARVALHO et al, 2000).

Neste sentido a credibilidade do sistema bancário perante os depositantes torna-se um fator de completa relevância para os bancos, pois, permitirá que o público tenha confiança sobre o retorno de seus recursos que estão sobre a segurança do banco. (CARVALHO et al, 2000).

Para garantir a estabilidade e solvência do sistema bancário é necessário que os bancos tenham a capacidade de converter os depósitos que estão em sua responsabilidade para a forma de moeda para público. Ao deixarem de cumprir esta função, os bancos despertarão em todos os agentes uma desconfiança na credibilidade de todo sistema

bancário. Tal fato levará o público em geral a resgatar seus recursos, provocando uma corrida bancária e causando sérios problemas a todo sistema bancário, podendo levar todo sistema à falência. (CARVALHO et al, 2000).

É necessário, portanto, garantir que o sistema bancário esteja preparado para possíveis resgates por parte do público. Para tanto, os bancos precisam manter uma parte de seus ativos em caixa. Esses recursos são chamados de *reservas voluntárias*, e servem para que os bancos possam cumprir com suas obrigações perante os depositantes em face de suas retiradas (CARVALHO et al, 2000). Se os bancos dispõem de um amplo volume de reservas voluntárias, um saque de depósito pelo público não provocará alterações na sua credibilidade, diminuindo a necessidade dos depositantes de resgatar esses recursos diante de uma desconfiança sobre a capacidade do banco de cumprir suas obrigações financeiras.

Para o público, os recursos que estão depositados no banco tornam-se uma alternativa segura, pois oferecem aos depositantes a possibilidade de utilizá-los como meios de pagamento sempre que for necessário e dispendo da segurança oferecida pelos bancos. Por isso a garantia oferecida pelos bancos aos depositantes é de suma importância para que os mesmos continuem exercendo sua função de intermediários financeiros. (CARVALHO et al, 2000).

Neste sentido, o papel exercido pelas autoridades monetárias como prestador para os bancos conferem aos mesmos uma vantagem em relação a outros intermediários financeiros. Ao mesmo tempo em que servem como garantias aos bancos, as autoridades monetárias impõem medidas regulatórias para impedir que os bancos, ao intermediarem recursos financeiros, busquem maximização de lucros assumindo riscos que possam comprometer sua credibilidade perante o público. (CARVALHO et al, 2000).

As autoridades monetárias têm a importante função de supervisionar as instituições e garantir que estas não assumam riscos excessivos. Por isso, ao executar essa importante função, podem não confiar na capacidade dos bancos em manter as reservas voluntárias para cumprir com suas obrigações financeiras junto aos seus depositantes. Em função desta desconfiança, as autoridades monetárias impõem certo coeficiente de reservas sobre depósitos dos bancos, as chamadas *reservas compulsórias*, obrigando os bancos a depositar certa proporção de seus depósitos à vista junto ao Banco Central que servem como proteção contra eventuais demandas por resgate além do previsto por parte dos depositantes. (CARVALHO et al, 2000).

De fato, os bancos dispõem de amplas garantias para evitar um comprometimento de sua credibilidade perante o público, da qual depende sua existência. Porém, são impostos também certos limites a sua operação, impedindo que não venham a trocar a disponibilidade de recursos em favor da segurança do público, pela possibilidade de explorar oportunidades de lucros a partir destes recursos, independentemente dos riscos que possam assumir. (CARVALHO et al, 2000).

O risco de não dispor de recursos para atender a um possível resgate por parte do público está relacionado à capacidade dos bancos em transformar seus ativos. Os bancos não emprestam realmente os recursos que tem em caixa, fazem uma promessa de que estes recursos estarão disponíveis para o depositante assim que ele achar necessário resgatá-lo. Enquanto isso transforma estes mesmos recursos em empréstimos ao público, obtendo para isso uma margem de lucros. (CARVALHO et al, 2000).

O fato de possuir credibilidade perante o público aumenta as possibilidades de que os recursos depositados não venham a ser resgatados a qualquer circunstância. Em função desta expectativa, os bancos podem multiplicar esses recursos, interferindo na criação de meios de pagamento assim como na oferta de crédito ao público. (CARVALHO et al, 2000).

A partir da necessidade de se prevenir contra possíveis retiradas de recursos por parte dos depositantes, os bancos acabam tendo que constituir reservas bancárias. Tal fato constituiu-se como uma limitação para a transformação de seus ativos em empréstimos. A necessidade de constituir reservas satisfaz a credibilidade do banco frente ao público em honrar suas obrigações financeiras, mas por outro lado, implica em perda de lucros aos bancos pela impossibilidade de obter receita de juros sobre os empréstimos que poderiam ser realizados. (CARVALHO et al, 2000).

Neste sentido, os bancos acabam enfrentando um dilema: sua existência depende da sua credibilidade perante o público, que se apóia na percepção de que serão capazes de honrar seus compromissos financeiros quando da necessidade de um resgate de recursos por parte do público. Porém, cada real mantido em reservas pelos bancos significa uma perda de oportunidade de obterem receitas a partir dos juros cobrados nos empréstimos destes recursos. O banco, portanto, “enfrenta o dilema entre ser lucrativo, maximizando seus lucros, ou ser seguro para o público em geral.” (CARVALHO et al, 2000). A necessidade de manter reservas bancárias implica na escolha por parte do banco entre garantir a segurança para os depositantes ou maximizar rendimentos para os

acionistas do banco. Isso, porque, um volume alto de reservas permite ao banco se prevenir contra a probabilidade de falência, porém implica em uma redução das aplicações em ativos dos bancos.

Ao mesmo tempo em que a necessidade de constituir reservas torna-se um elemento de suma importância para sobrevivência dos bancos, acaba também implicando em uma perda de oportunidade de obterem receitas de juros sobre os empréstimos feitos ao público. “A escolha entre ativos líquidos, mas pouco (ou nada) rentáveis e ativos rentáveis, mais ilíquidos, é um dilema central enfrentado pelos bancos.” (CARVALHO et al, 2000, p.264).

Segundo a teoria neoclássica, o banco enfrenta o problema de como distribuir os recursos captados entre ativos líquidos ou ativos rentáveis de acordo com os custos incorridos nas escolhas destes ativos. (CARVALHO et al, 2000). A decisão dos bancos em manter certa quantidade de reservas, implicará em um custo de oportunidade, pela perda das receitas que seriam obtidas se os bancos aplicassem esses recursos a certa taxa de juros ao invés de manter o dinheiro parado para cobrir uma provável retirada dos depositantes, conforme visto anteriormente.

Segundo a visão neoclássica, o tamanho do banco e o volume do passivo e do ativo dos bancos seria determinado pelo comportamento otimizador, onde, num equilíbrio competitivo, a taxa de juros cobrada aos tomadores equilibra na margem a taxa de juros paga aos seus credores: “sem requerimentos de reserva, a expansão do crédito e depósitos pelo sistema bancário deveria ser limitada pela disponibilidade de ativos a rendimentos suficientes para compensar os bancos dos custos de atrair e reter os depósitos” (TOBIN, 1987 apud PAULA, 1999 a).

“Os modelos neoclássicos são caracterizados por uma visão de equilíbrio entre taxa de juros cobrada e taxa de juros paga, e por isso, analisam os bancos como firmas maximizadoras de lucro, cujo objetivo é o de atender às demandas dos tomadores de recursos, porém, somente até o ponto em que a receita marginal se iguale ao custo marginal de suas obrigações”. (PAULA, 1999 b, p.172).

A teoria Keynesiana sobre os bancos também está baseada nas escolhas de ativos por parte destas instituições. Essa teoria, porém, se fundamenta na preferência pela liquidez dos bancos, a qual permite que os bancos tenham diversas alternativas de aplicações disponíveis, não se restringindo apenas ao dilema reservas/empréstimos, conforme analisa a teoria neoclássica. De acordo com a teoria da preferência pela liquidez abordada por Keynes: “o problema não é o quanto emprestar, mas que proporção de seus

empréstimos pode ser feita com segurança nas formas relativamente menos líquidas.” (CARVALHO et al, 2000, p.265).

Para os keynesianos o dilema enfrentado pelos bancos é o de conseguir uma composição em sua carteira de ativos que atinja um equilíbrio entre liquidez e rentabilidade de seu portfólio. Para atingir este objetivo os bancos podem se submeter a maiores riscos, elevando as taxas de juros cobradas nos empréstimos, além de exigir outras garantias dos tomadores.

Segundo esta abordagem os bancos teriam três opções de ativos: empréstimos de curtíssimo prazo, aquisição de títulos públicos ou privados e empréstimos a clientes. A escolha entre esses três ativos na composição de seu portfólio dependerá das expectativas dos bancos quanto ao retorno de cada um destes ativos, e quanto ao risco que apresenta cada um deles. (CARVALHO et al, 2000, p.266).

No que diz respeito aos empréstimos, a taxa de juros cobrada nos empréstimos, assim como as garantias oferecidas pelos tomadores de recursos, serve como recompensa para uma possível inadimplência nos empréstimos no momento em que os bancos abrem mão da liquidez para obterem lucros. A Teoria da Preferência pela Liquidez desenvolvida por Keynes, em sua Teoria Geral, caracterizava a *taxa de juros* como sendo a “*a recompensa por abrir-se mão da liquidez, uma medida do desejo daqueles que possuem moeda de abrir mão do seu controle sobre ela*”. (KEYNES, 1973, p.167).

Keynes (1971) verificou que existem diferentes taxas de retornos para os diversos ativos, cada classe de ativo possui uma taxa de juros própria, definida com base nos preços de mercado. As escolhas dos agentes bancários são definidas de acordo com os retornos monetários e o prêmio de liquidez de cada ativo, e a sua liquidez valorizada de acordo com o grau de incerteza quanto ao futuro dos negócios financeiros e quanto à capacidade de pagamento dos tomadores de crédito.

Os bancos buscam ativos que lhes proporcionem uma elevada margem de lucratividade, o que, porém, implica em um alto nível de risco inserido em suas operações de crédito. Deste modo, a oferta de crédito aos demandantes de recursos vai depender da preferência dos agentes superavitários por determinados ativos que desejarem obter, e de acordo com o risco que desejarem assumir.

Essa concepção dos bancos enfatiza o seu papel não apenas como intermediários financeiros, mas também como instituições criadoras de crédito. Esta última função de criadores de crédito faz com que os bancos desempenhem uma outra atividade, a

atividade de administradores de riscos. Como intermediários financeiros, os bancos correm o risco das corridas bancárias por parte de seus depositantes, que ameaçam a liquidez bancária. Este risco pode ser administrado também a partir da diversificação de seus ativos e passivos, como a colocação de títulos no mercado, que resultam em custos e riscos diferenciados para os bancos. Diversificando o risco através de novas fontes de captação, os bancos passam a diversificar também suas decisões de portfólio. (CARVALHO et al, 2000).

A diversificação no portfólio dos bancos no intuito de se prevenir contra os riscos inerentes a sua atividade de intermediação pode significar mudanças na própria oferta de crédito aos tomadores. De acordo com os keynesianos, a TPL¹ implica que, quando suas expectativas sobre o futuro da economia são otimistas, os bancos privilegiam rentabilidade à liquidez em suas operações, o que resulta em ativos de maior risco em sua composição de ativos, como a oferta de crédito a prazos mais longos. Ao contrário, em situações cujas expectativas sejam pessimistas, os bancos priorizam as aplicações de menor risco.

Como qualquer outro agente cuja atividade é especulativa, os bancos tomam suas decisões conciliando lucratividade com sua escala de preferência pela liquidez, de acordo com suas expectativas sobre resultados incertos na economia. Neste sentido, os bancos demandam aplicações mais líquidas, apesar de menos lucrativas, em função da incerteza sobre os retornos de seus negócios financeiros, o que pode levá-los a direcionarem seus recursos para aplicações mais líquidas.

De acordo com a preferência pela liquidez, os bancos podem acomodar a demanda por crédito, se, ao comparar os retornos esperados da oferta de crédito com os prêmios de liquidez de todos os ativos que podem ser comprados, concluírem que estes serão menos lucrativos. Segundo esta visão, a oferta de crédito ao público vai depender das decisões de portfólio dos bancos. (PAULA, 1999 b).

¹ Teoria da Preferência pela Liquidez.

2.2 - A Firma Bancária: Uma firma maximizadora de lucros (Uma visão pós-keynesiana)

A dimensão da atividade bancária é essencial para compreensão da instabilidade financeira e da dinâmica de acumulação capitalista, pois, segundo FREITAS, 1997b, p.62:

“De um lado, as instituições bancárias são agentes econômicos que estão submetidos à busca de lucros extraordinários, e de outro lado ocupam um lugar central no processo de criação monetária na economia, no qual a moeda é o principal meio de liquidação dos contratos econômicos.”

Como entidades que realizam a intermediação financeira, os bancos são capazes de permitir a expansão da oferta de crédito através da criação de moeda bancária. Esse comportamento dos bancos tem uma importante função para a economia capitalista, pois, através da criação de crédito ocorre também a criação de novo poder de compra, necessário à aquisição de novos ativos, e responsável pela acumulação capitalista. Deste modo, o comportamento dos bancos em estabelecer o volume e as condições de crédito tem um papel fundamental na determinação das condições de financiamento da economia. (PAULA, 1999 a).

Nesta visão, a firma bancária, como qualquer outra firma capitalista, tem como principal objetivo a busca de lucros. Para alcançar tal objetivo, os bancos acabam sempre tomando suas decisões de aplicações com base em suas expectativas sobre o futuro da economia monetária, escolhendo satisfazer seus compromissos de empréstimos ou preservar a maximização da liquidez diante de um ambiente de incerteza sobre o futuro dos negócios. (PAULA, 1999 a). Avaliando as condições de incertezas sobre a economia e o futuro dos negócios financeiros, os bancos escolherão em que ativos aplicar, satisfazendo seus compromissos com empréstimos, ou optando pela liquidez dos seus ativos, dado um ambiente de incertezas que se apresenta na economia doméstica. (PAULA, 1999 b).

A concessão de crédito, portanto, depende, fundamentalmente, das expectativas dos bancos em relação à capacidade de pagamento dos tomadores de crédito dada as condições de incerteza no ambiente doméstico. Essa capacidade dos tomadores em saldar seus compromissos financeiros, aliada a preferência pela liquidez dos bancos, ocasiona flutuações na concessão de crédito. (PAULA, 1999 a).

A preferência pela liquidez é uma característica das atividades especulativas exploradas pelos bancos, que necessitam de algum grau de proteção contra possíveis riscos que possam ameaçar a sua lucratividade e solvência. Neste sentido, a composição do ativo dos bancos vai depender do seu desejo de absorver riscos, avaliando suas expectativas quanto ao futuro dos negócios financeiros. (PAULA, 1999 a).

A firma bancária na visão pós-keynesiana busca ajustar a composição de seus ativos, de modo a alcançar a lucratividade através da exploração das melhores oportunidades que lhe são apresentadas. Para tanto, os bancos procuram desenvolver estratégias para obter seus lucros, atraindo clientes, criando novos produtos e estimulando novas preferências. Através destas estratégias os bancos acabam gerenciando de forma mais dinâmica o seu portfólio, e assim explorando as oportunidades de lucros existentes. (PAULA, 1999 a).

Segundo a abordagem pós-keynesiana, estimulados pela busca constante de lucros, os bancos administram dinamicamente seu ativo e passivo, criando novamente moeda bancária através do gerenciamento dos recursos que são depositados e dos recursos que são emprestados aos tomadores de crédito. “Mais do que receber passivamente os recursos de acordo com as preferências do público, os bancos procuram interferir nestas escolhas, promovendo alterações nas suas obrigações para aproveitar as oportunidades de lucros existentes.” (PAULA et al, 2001, p.291).

No que se refere à administração do seu ativo, os bancos procuram dividir a composição de seu portfólio entre diferentes tipos de aplicações, dado suas expectativas de rentabilidade, dos riscos envolvidos em suas aplicações e de acordo com sua preferência pela liquidez. Nesta abordagem, a demanda por ativos é alterada de acordo com o retorno monetário e o prêmio de liquidez oferecido por cada um dos ativos, sendo que a liquidez é valorizada de acordo com as incertezas sobre estas aplicações. (PAULA, 1999 a).

Sendo assim, dadas as condições de incertezas no ambiente doméstico, os bancos acabam demandando aplicações mais líquidas. Tal fato implica em uma maior preferência pela liquidez na composição do seu portfólio, que representam uma proteção aos riscos que são característicos da atividade bancária. Quando as condições são de incerteza, os bancos tornam-se mais líquidos, para manter-se mais seguros contra eventuais problemas que possam afetar suas reservas. (PAULA, 1999 a).

Ao contrário, quando os bancos apresentam expectativas otimistas quanto ao futuro dos negócios, eles privilegiam rentabilidade à liquidez, diminuindo a participação de

ativos mais líquidos na composição de seu portfólio. Esta escolha resulta no crescimento de ativos de maior risco na composição de seu ativo. (PAULA, 1999 a).

Ao escolherem se proteger contra os riscos de suas aplicações, os bancos acabam influenciando na demanda por crédito por parte do público. A maior preferência pela liquidez está relacionada aos riscos inerentes aos empréstimos, o que poderá implicar nestes momentos, em um racionamento do crédito pelos bancos. (PAULA, 1999 a).

A prosperidade da economia torna-se um fator de completa relevância para as decisões dos bancos. O volume e as condições de crédito são determinados pelas expectativas com relação ao retorno dos empréstimos, ou seja, da capacidade que terá o tomador de crédito de cumprir com suas obrigações financeiras de acordo com as condições adversas da economia. Quando as instituições tornam-se mais pessimistas sobre a capacidade de pagamento dos tomadores de recursos, em geral estes são prejudicados a partir de um racionamento na oferta de crédito. (PAULA, 1999 a).

Porém, quando as expectativas tornam-se mais otimistas, o setor bancário responde com uma expansão na oferta de crédito. A partir de tal fato, aumenta a participação de ativos menos líquidos na composição de seu portfólio, ou seja, de ativos que proporcionam um retorno de mais longo prazo aos bancos. (PAULA, 1999a).

2.2.1 - A Firma Bancária e o funcionamento da economia

Segundo a abordagem pós-keynesiana, os bancos não são considerados meros intermediários financeiros, mas instituições capazes de criar crédito para os tomadores de recursos. No entanto, como uma firma capitalista que tem como objetivo a maximização de lucros, os bancos possuem preferência pela liquidez de seus ativos, e deste modo, suas escolhas influenciam as condições de liquidez e financiamento da economia. “Para os pós-keynesianos, as escolhas dos ativos pela firma bancária afeta de forma decisiva as condições e o volume de financiamento da economia, dos gastos dos agentes, assim como as decisões da política monetária.” (PAULA, 1999 a, p.352).

Na busca incessante pela valorização da riqueza, os bancos tomam decisões e adotam estratégias que podem levar a resultados incertos, e resultar na falência de muitas instituições bancárias. O problema é que, como criadores de meios de pagamento na

economia, a crise financeira de um banco pode afetar também outros setores da economia. (FREITAS, 1997 b).

Através do processo de concorrência os bancos podem obter bons resultados para geração de lucros. A diferenciação de produtos e serviços é, por exemplo, uma forte estratégia que se constitui como vantagem frente aos novos concorrentes e pode levar os bancos a obter elevados lucros. “Neste processo de concorrência, os novos concorrentes recém chegados podem adotar novas estratégias, ou apenas igualarem-se aqueles que até então vem atuando no mercado doméstico.” Através destas estratégias, as instituições bancárias podem permitir a satisfação da demanda por recursos financeiros por parte do público. (FREITAS, 1997 b, p.65).

O problema é que os bancos não são exatamente como as outras empresas. Eles são os únicos agentes econômicos que, a partir da criação de moeda, servem como vínculo entre a circulação industrial e financeira. “Para ampliar seus ganhos, fazem comércio de dívidas, transformando prazos de vencimento, assumindo riscos e incentivando seus clientes a utilizar os seus serviços.” Por este motivo, os bancos tendem a expandir o crédito em momentos de expansão da economia, subestimando muitas vezes os riscos envolvidos nestas operações bancárias.” (FREITAS, 1997 b, p.64).

Conforme visto, em períodos de maior prosperidade econômica, os bancos normalmente diminuem sua preferência pela liquidez, optando por práticas financeiras mais agressivas, que podem significar um comprometimento da estabilidade da economia. (PAULA, 1999 b). A atividade bancária possui esse caráter contraditório, característico de sua atividade especulativa, pois, ao mesmo tempo em que é um elemento essencial ao financiamento da atividade de investimento é também uma condição necessária para o funcionamento satisfatório da economia capitalista. Este comportamento pode induzir ou ampliar a instabilidade financeira, provocando o mau funcionamento da economia, sobretudo, em momentos onde o grau de endividamento dos tomadores de empréstimos tende a aumentar.

A atividade bancária, devido a sua natureza especulativa e a sua capacidade de transferir recursos para os agentes deficitários da economia, acaba sendo marcada por um conflito entre os interesses do governo em garantir a estabilidade da economia e os interesses do sistema bancário em buscar novas fontes de lucros. (FREITAS, 1997 b).

Neste sentido, a regulamentação das autoridades governamentais torna-se um fator de completa relevância para garantir que a busca por lucros por parte dos bancos não

venha ameaçar a estabilidade do sistema bancário como um todo. Através de normas e regras mais restritivas, as autoridades devem impedir que os bancos adotem práticas mais perigosas, assumindo riscos excessivos impulsionados pela lógica da concorrência. (FREITAS, 1997 b).

As limitações impostas pelas autoridades governamentais e a crescente fragilidade das condições macroeconômicas podem levar os bancos a racionar o crédito em determinados períodos. Considerando o desejo dos bancos de manterem-se líquidos de acordo com as condições favoráveis da economia, é possível que em determinados momentos os bancos escolham ativos mais líquidos e seguros, como os títulos públicos, provocando uma redução na oferta de crédito. De acordo com a função que os bancos desempenham na economia, como criadores de meios de pagamento, um racionamento no crédito bancário tem efeitos negativos sobre todos os outros mercados. (FREITAS, 1997 b).

Assim, um racionamento do crédito afeta negativamente os interesses dos tomadores de crédito e os interesses da dinâmica capitalista de expandir a acumulação de capital através da aquisição de novos ativos. Por outro lado, é necessário que as autoridades governamentais garantam a estabilidade da economia, evitando que os bancos assumam riscos excessivos em suas operações de crédito.

3 - A REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL E A ABERTURA AOS BANCOS ESTRANGEIROS

3.1 - A Crise do Sistema Financeiro Nacional

O Plano Real implementado no governo do presidente Itamar Franco, pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso, partiu do princípio de que a inflação brasileira era decorrente tanto de um problema de um déficit público quanto de um problema de inércia. Partindo desses pressupostos, o Plano Real propunha uma mudança nos regimes fiscal e monetário para assegurar a estabilidade de preços. A política antiinflacionária do Plano Real se deu através de três etapas: ajuste fiscal de curto prazo; o ajustamento dos preços relativos; e por último a introdução do real. (FERRARI, 2001).

O ajuste fiscal seria obtido a partir de um pacote de medidas para conter os gastos públicos e aumentar as receitas tributárias, que teriam como conseqüência a eliminação do déficit fiscal, visto pelas autoridades monetárias como a principal causa da inflação.

O ajustamento de preços ocorreu em fevereiro de 1994, através da criação da URV (Unidade Real de Valor). A URV ficou sendo utilizada como padrão monetário, enquanto o cruzeiro real era utilizado como meio de pagamento. Através da criação da URV o governo pretendeu corrigir os preços relativos da economia através de um vetor de preços sustentável, buscando a desindexação através da indexação dos contratos. (FERRARI, 2001).

Por fim, o Plano Real se caracterizou pela substituição do *cruzeiro real* pelo *real*. A substituição do real foi realizada através de alguns cuidados por parte do governo. A fim de garantir a estabilidade da nova moeda foram estabelecidas regras para emissão monetária e definida a paridade máxima entre o real e o dólar.

As mudanças propostas pelo Plano Real tiveram como resultado imediato a queda da inflação. Entre janeiro e junho de 1994, observou-se uma inflação no país de 763,2%. Posteriormente, no período entre julho de 1994 e dezembro de 2000, já assistia-se uma inflação de 148,8%. Ao mesmo tempo observa-se um crescimento significativo do PIB, que de 1994 a 1995 apresentou uma taxa média de crescimento real de 5,0%, bem

superior ao crescimento observado entre 1990 e 1993, que foi de 1,3%. As autoridades monetárias, preocupadas com o efeito que poderia ter o crescimento do PIB sobre a estabilidade monetária buscaram medidas para controlar a expansão da oferta de moeda através da elevação nas reservas compulsórias dos bancos. (FERRARI, 2001).

O crescimento das reservas compulsórias acabou elevando a taxa de juros interna. Com a elevação da taxa de juros crescia o ingresso de capital estrangeiro no país, ao mesmo tempo em que permitia-se a apreciação cambial. Segundo as autoridades governamentais, o déficit na balança comercial decorrente da apreciação do câmbio era resolvido pela entrada de capitais externos. Porém, no longo prazo, este déficit se constituiria como um grave problema que se originava a partir da estabilidade da inflação obtida pelo Plano Real. (FERRARI, 2001).

A partir da crise mexicana, no final de 1994, o país enfrenta uma situação de redução dos investimentos de risco, diminuindo com isso as reservas internacionais do país. As autoridades monetárias inseguras sobre a adoção da desvalorização cambial, resolveram introduzir o sistema de bandas cambiais deslizantes, além de elevar o imposto de importação sobre vários produtos. (FERRARI, 2001)

Com o objetivo de atrair capitais externos de curto prazo, as autoridades monetárias lançaram mão de uma elevação significativa na taxa de juros da economia. Entre dezembro de 1994 e março de 1995, a taxa de juros nominal elevou-se de 56,4% para 65% a.a. (FERRARI, 2001). Esse ambiente de instabilidade, que aumentava o risco das operações de crédito, associada à drástica redução da inflação gerou profundas conseqüências para o sistema bancário brasileiro.

Para as instituições bancárias, a implantação do Plano Real representou uma importante mudança no funcionamento e na estrutura do Sistema Financeiro Nacional. As instituições financeiras nacionais foram forçadas a se adaptar a um novo cenário macroeconômico de baixa inflação proporcionado pela estabilidade ocorrida a partir desse período na economia doméstica.

Segundo Carvalho et al, (2002, p.31), a inflação tende a possibilitar ganhos excepcionais aos bancos, mas esses elevados ganhos obtidos representam também elevados riscos aos bancos mediante o aumento da instabilidade macroeconômica. A dificuldade por parte dos bancos, de prever de forma correta os efeitos das possíveis medidas de estabilização sobre as atividades e sobre as margens de ganhos dos bancos tornam ainda maiores os riscos que assumem.

O principal impacto do Plano Real sobre o sistema financeiro se deu através da perda das receitas inflacionárias. O novo ambiente de estabilização macroeconômica não se mostrava compatível com a dimensão que os bancos haviam alcançado. Os vários anos de inflação alta e desequilíbrios macroeconômicos representaram a manutenção de elevados lucros para os bancos. (BARROS et al, 1997 apud CORAZZA, 2000). Deste modo a estabilização tornava-se um sério problema a ser enfrentado pelos bancos nacionais.

Com o fim das receitas inflacionárias, as instituições bancárias deixaram de se beneficiar dos altos ganhos proporcionados pelas transferências inflacionárias, o *floating*, que foi uma importante fonte recursos para os bancos, proporcionada pela perda real do valor dos depósitos à vista. Os altos ganhos obtidos a partir do *floating* ocorriam porque a correção do valor dos depósitos bancários estava abaixo do valor da inflação. No início dos anos 90, a receita inflacionária dos bancos cresceu cerca de 4% do PIB, reduzindo-se para 2% do PIB em 1994, e chegando a valores menos expressivos em 1995. (SOARES, 2001, p.7).

Com o fim destas receitas, e uma vez que a economia doméstica vivia um período de estabilização econômica, as instituições bancárias deixaram de ganhar com a inflação. A estrutura operacional dos bancos, que estava montada na captação de depósitos a fim de obter ganhos de *floating*, teria que se ajustar a um novo contexto de forma a recompor a perda de lucratividade.

A estabilidade econômica que surge a partir do Plano Real e a conseqüente necessidade dos bancos em substituir a perda das receitas inflacionárias, estimulou os bancos a se adaptarem ao novo cenário econômico de inflação baixa, que ocorreu, num primeiro momento, mediante a substituição das receitas inflacionárias pela expansão das operações de crédito ao público. De acordo com Soares, (2001, p.08), uma das formas encontradas pelo sistema bancário para compensar a perda das receitas inflacionárias, evitando o fechamento de agências, e buscando se adaptar aos ajustes necessários ao novo modelo operacional, era aproveitar a expansão abrupta dos depósitos que ocorreram com a estabilização do Plano Real, para expandir as operações de crédito.

De fato, a estabilidade monetária alcançada desencadeou num primeiro momento, um significativo crescimento nos depósitos bancários. Como um fenômeno típico de estabilização econômica, ocorreu um aumento da credibilidade na economia doméstica, tendo como conseqüência a elevação na demanda por operações de crédito. O público em

geral passou a demandar mais crédito para consumo, do mesmo modo que as empresas passaram a demandar maior volume de crédito para investimentos. (CORAZZA, 2000). Os depósitos a vista mostraram crescimento de 165,4% nos seis primeiros meses do Plano Real, e os depósitos a prazo crescimento de quase 40% para o mesmo período. (BARROS et al, 1996).

Para as instituições bancárias o aumento das operações de crédito apresentava-se como uma importante solução para resolver os problemas de perda de recursos causados pela baixa inflação do período. Assim, no início do Plano Real, quando a economia vivenciava um período de estabilidade, os bancos acabaram adotando uma postura mais ousada, expandindo o crédito no intuito de compensar a perda das receitas inflacionárias. (SOARES, 2001)

Diante deste novo comportamento apresentado pelos bancos nacionais após a perda das receitas inflacionárias e com o intuito de evitar um crescimento exagerado do consumo e do correspondente aumento das operações de crédito, o Banco Central estabeleceu uma rigorosa política de controle destas operações através da elevação dos depósitos compulsórios sobre depósitos à vista, a prazo e sobre outras operações. Em 1994, o recolhimento compulsório sobre depósitos à vista passou de 48% para 100%, e sobre depósitos de poupança passou de 10% para 30%. (BARROS et al, 1996). Para as autoridades governamentais a expansão do crédito neste período tornava-se um sério problema que deveria ser contido para garantir que a estabilidade econômica do país não fosse comprometida. O governo estava preocupado em evitar que uma rápida expansão do crédito causasse um crescimento exagerado do consumo ameaçando a estabilização de preços. (SOARES, 2001).

No entanto, apesar do esforço do governo no sentido de evitar que um aumento exagerado da oferta de crédito pudesse interferir negativamente na estabilidade econômica que vinha sendo alcançada a partir da implantação do Plano Real, as instituições bancárias nacionais continuavam se mostrando propensas a aumentar a oferta de crédito. Segundo alguns autores esses créditos cresceram 58% em um ano. Segundo Soares, (2001, p.8), esse crescimento das operações de crédito foi responsável também pela forte inadimplência que ocorreu no setor. O autor expõe sua opinião da seguinte forma:

“Apesar do crescimento das operações de crédito compensarem, em parte a perda do “float”, esse crescimento ocorreu sem os devidos cuidados quanto à capacidade de pagamento dos novos e antigos devedores. Assim a solução de expandir rapidamente o crédito como forma de compensar a perda do “float” ocasionou novos problemas.”

A falta de uma avaliação mais rigorosa por parte dos bancos na concessão de crédito, aliada as instabilidades domésticas causadas pela crise mexicana ², acabou tendo sérias conseqüências também sobre o índice de inadimplência no setor bancário, comprometendo a solvência de muitas instituições nacionais. ³

De acordo com Freitas (1997 b, p.77), uma rápida expansão dos créditos, como ocorreu neste período, acaba desencadeando um processo de instabilidade do sistema financeiro:

“Os bancos desempenham um papel central para emergência de estruturas financeiras frágeis e para o aprofundamento da instabilidade financeira. As pressões competitivas e a preocupação com o lucro levam os bancos a emprestar excessivamente na fase de expansão da economia, sem nenhuma preocupação com a assunção excessiva de riscos.”

O período pós-Plano Real acabou causando sérios problemas em muitas instituições nacionais devido à estabilidade que se instalava no ambiente doméstico. Uma economia estável como a que se caracterizou no país neste período acabou levando a uma folga de liquidez por parte do público, tendo como conseqüência o aumento na concessão de empréstimos pelas instituições financeiras. Conforme visto anteriormente, o grande problema destes períodos de maior otimismo no ambiente macroeconômico, como o que ocorreu no Brasil com a implantação do Plano Real, é a dificuldade de uma análise mais rigorosa por parte das instituições financeiras no que se refere aos riscos envolvidos em seus negócios. Problemas deste tipo acabaram aumentando a vulnerabilidade de muitas instituições bancárias nacionais como ocorreu com os bancos: Econômico e Nacional, em 1995, dando início a um amplo processo de ajuste no Sistema Financeiro Nacional. (BARROS et al, 1996).

² “A partir de 1995, com o impacto da crise mexicana sobre a economia doméstica, ocorreu uma redução no ritmo de crescimento da economia brasileira, levando o governo brasileiro a adotar uma política monetária e creditícia mais restritiva, elevando a taxa de juros como forma de enfrentar a crise externa.” (SOARES, 2001).

³ “O grau de inadimplência do setor bancário privado nacional atingiu mais de 16% no decorrer de 1995, mantendo-se ainda em elevados patamares na primeira metade de 1996.” (PAULA, 1999 a).

Diante da possibilidade de um aumento exagerado na inadimplência dos bancos e, sobretudo, da ameaça à solidez do sistema bancário e da economia doméstica como um todo, o governo brasileiro priorizou a adoção de medidas mais restritivas, medidas estas que muitas vezes entraram em conflito com os interesses das instituições bancárias participantes, uma vez que impunham restrições e normas na concessão do crédito. De fato, as autoridades governamentais têm esta importante função de supervisionar e estabelecer normas mais restritivas para que as instituições bancárias assumam o menor risco em suas operações bancárias, evitando que a estabilidade do ambiente macroeconômico possa ser comprometida. Para alcançar tal objetivo, o governo brasileiro acabou estabelecendo neste período de ajuste, um capital mínimo para os bancos operarem, normas de classificação de risco em suas operações bancárias, etc. (BARROS et al, 1996).

Através da adesão ao Acordo da Basileia, o governo brasileiro procurou adotar algumas destas medidas voltadas a privilegiar a solidez do setor bancário nacional. O objetivo principal deste acordo era reduzir os riscos de insucesso dos bancos em suas atividades bancárias. O Acordo da Basileia⁴ foi discutido e aprovado em julho de 1988 pelos representantes dos bancos centrais do grupo dos países denominado G10, no intuito de alcançar maiores garantias para a solvência e a liquidez do sistema bancário internacional. (SOARES, 2001, p.26).

⁴ “O Novo Acordo da Basileia publicado em junho de 2004 propõe uma nova estrutura para requerimentos de capital baseada em três pilares: o primeiro trata dos requerimentos de capital com base nos riscos de mercado e de crédito; o segundo reforça a capacidade dos supervisores bancários para avaliar e adaptar os requerimentos de capital às condições individuais das instituições financeiras; e o terceiro atribui à transparência e à divulgação de informações um papel importante no fomento à disciplina de mercado.” (Disponível em <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 03/04/2006)

O Brasil só aderiu ao acordo em 1994, a partir da Resolução nº. 2099, de 17/08/1994, a partir do qual ficou estipulada às instituições bancárias nacionais a exigência de um capital mínimo que regularia os riscos envolvidos nas operações ativas dos bancos. A partir deste acordo, os bancos teriam que reter 8% em relação ao risco de suas operações ativas, taxa que posteriormente se elevou para 10%, e mais tarde chegou a 11%. O acordo estabelecia que os bancos tivessem que dispor de um nível de capital compatível com as suas operações ativas, e, principalmente, com os riscos envolvidos nestas operações. Deste modo, quanto maiores os riscos envolvidos, maior seria a necessidade de aumentar seu capital.

No que diz respeito à avaliação do risco de crédito, esta pode ser feita a partir da influência da taxa de juros sobre o risco dos empréstimos. Quanto maior a taxa de juros dos empréstimos, maior o risco de crédito e, conseqüentemente, maiores os requerimentos de capital para o banco realizar estas operações. Neste sentido, a avaliação do risco de crédito seria obtida em função da taxa Selic. Os empréstimos com taxas iguais ou inferiores a taxa Selic, receberiam ponderação igual a 1, já os empréstimos cujas taxas fossem superiores a taxa Selic, receberiam a ponderação de acordo com este valor, por exemplo, 400% superior a taxa Selic, receberiam uma ponderação de risco igual a 4. (SOARES, 2001, p.41). Segundo os pressupostos do Acordo da Basiléia, esta avaliação de risco poderia ajudar as instituições bancárias a não comprometerem seriamente a estabilidade da economia doméstica através de negócios arriscados. Assim, para evitar esse problema, as autoridades monetárias passaram a exigir das instituições mais propensas ao risco um maior comprometimento de recursos próprios na condução de seus negócios. (SOARES, 2001).

O acordo tinha como importante função a redução da probabilidade dos bancos de não conseguirem cumprir suas obrigações financeiras caso os empréstimos feitos a seus clientes tivessem um nível de inadimplência acima do inesperado, diminuindo com isso o risco de insolvência. Assim, a partir de uma redução no nível de inadimplência sofrido pelas instituições bancárias, seriam reduzidos também os riscos de fragilidade em todo o sistema bancário nacional, que surgiam a partir de problemas de liquidez de alguns bancos isolados.

Problemas deste tipo puderam ser observados a partir da crise do Banco Econômico, em agosto de 1995, e do Banco Nacional, em novembro de 1995, devido ao

papel que estes bancos exerciam no setor bancário nacional. Estes bancos estavam classificados no ranking dos bancos nacionais, como o 4º e 3º maior banco, respectivamente. (CORAZZA, 2000).

A intervenção no Banco Econômico em agosto de 1995, deu início a um período de incerteza sobre a saúde financeira dos demais bancos privados nacionais, aumentando a credibilidade nas grandes instituições bancárias e prejudicando os menores bancos. Diante deste quadro e com a possibilidade de conseqüências negativas sobre a estabilidade alcançada, foi imprescindível a participação do governo através de algumas medidas que facilitassem um processo de reestruturação do sistema financeiro nacional.

Assim, juntamente com a expansão da oferta de crédito, ocorreu também um quadro de elevação no nível de inadimplência no setor bancário, ocasionado pelo maior otimismo dos bancos e dos tomadores de crédito frente à estabilidade da economia monetária.

Conforme visto anteriormente, as medidas adotadas a partir da adesão ao Acordo da Basileia também representaram sérios problemas para os bancos nacionais, no sentido de que muitas instituições não conseguiram se adaptar as medidas estabelecidas para a concessão de crédito. Este processo causou sérios problemas ao sistema bancário, levando o governo brasileiro a adotar algumas medidas visando o ajuste e o fortalecimento do sistema financeiro nacional.

3.2 - A Reestruturação do Sistema Bancário

3.2.1 - O Proer

Os problemas financeiros enfrentados por algumas instituições nacionais e a ameaça de uma crise sistêmica levariam a interrupção do sistema de pagamentos, a uma onda generalizada de inadimplência e a uma redução nos níveis de créditos existentes na economia doméstica. Para evitar que uma crise como esta afetasse não só alguns bancos, mas, sobretudo, que viesse a comprometer a estabilidade financeira de todo sistema bancário nacional, o governo brasileiro em novembro de 1995 lançou um conjunto de medidas voltadas ao fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Dentre estas medidas

destaca-se a criação do PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual da Atividade Bancária) e do PROER (Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro). (BARROS et al, 1996).

O PROES foi adotado em 1997 com o objetivo específico de utilizar instrumentos e facilitar operações que viabilizassem o saneamento de instituições públicas, no intuito de promover a privatização destas instituições. O programa compreendia linhas especiais de assistência financeira e a reestruturação da carteira de ativos e /ou do passivo de bancos estaduais. Além disso, as instituições federais ficaram responsáveis por esta carteira dos bancos estaduais junto ao público. A criação do PROES além de diminuir o número de bancos públicos viabilizaria também uma posterior entrada dos bancos estrangeiros no Brasil já que o programa através do processo de privatização acabou facilitando que posteriormente bancos estrangeiros pudessem adquirir instituições bancárias nacionais. (CARVALHO et al, 2002).

Considerando que o objetivo desta monografia será analisar a reestruturação do Sistema Bancário Privado Brasileiro, esta seção terá como foco o PROER, tendo em vista que este estudo não compreende uma análise do setor bancário público.

O PROER foi criado em novembro de 1995 através da Resolução nº 2.208 de 03/11/95, em meio aos problemas de liquidez no sistema bancário nacional. Através deste programa, o Banco Central ficou autorizado a disponibilizar recursos para que instituições bancárias consideradas sólidas adquirissem o controle de bancos nacionais com problemas financeiros.

Os recursos do PROER contribuíram para que as autoridades governamentais do país pudessem ajudar instituições bancárias nacionais com problemas financeiros. Através destes recursos, o governo procurou resolver muito destes problemas a partir da venda de parcela de seus ativos e passivos para outros bancos.

O programa contribuiu para complementar um processo que já estava em andamento, pois, desde o início do Plano Real, o mercado financeiro já vinha passando por um amplo processo de reformas, que permitiu que muitos bancos nacionais fossem vendidos ou incorporados. Desde a implantação do Plano Real até julho de 1996, verificou-se a transferência de controle acionário de 17 bancos e a incorporação de 2 bancos nacionais, totalizando 19 bancos que foram vendidos ou incorporados. Dentre os bancos que foram incorporados a partir dos processos de F&As⁵ bancárias com os recursos

⁵ Fusões e Aquisições.

do PROER destacam-se: Banco Nacional comprado pelo Unibanco em novembro de 1995, Banco Econômico comprado pelo Excel em Abril de 1996, e o Bamerindus adquirido pelo HSBC em Abril de 1997. (BARROS et al, 1996).

O processo de intervenção destacou o sucesso do PROER ao evitar que a crise bancária que ocorreu em 1995/1996 afetasse não só alguns bancos isolados, mas que viesse a provocar uma quebra de todo sistema bancário nacional. O importante papel do PROER explicou em parte o vigor dos bancos privados nacionais no processo de F & As bancárias.

O programa definia mudanças que se faziam necessárias na legislação bancária, permitindo que o Banco Central pudesse agir de forma mais preventiva sobre os bancos que não estivessem cumprindo as normas exigidas, ou sobre as instituições com sérios problemas financeiros que pudessem comprometer todo sistema bancário.⁶ Através do PROER, o governo brasileiro pôde adotar um conjunto de medidas voltadas a melhorar a fiscalização bancária nas instituições financeiras, permitindo ao Banco Central uma supervisão mais eficiente nos bancos com problemas de liquidez. Tal fato pôde ser observado a partir da adoção de algumas medidas como: exigência de novo aporte de recursos; transferência de controle acionário; atribuição de maior responsabilidade as empresas de auditoria contábil nos casos de irregularidades nas instituições bancárias; alteração na legislação que trata da abertura de dependências de bancos no exterior, dentre outras. (BARROS et al, 1996).

Diante do novo quadro de exigências que se apresentavam a partir das medidas do PROER, as instituições bancárias nacionais que não se adaptassem mais as novas regras de supervisão bancária estabelecidas pelo Banco Central deveriam sofrer algum tipo de intervenção.

3.2.2 – A Internacionalização Bancária

Ao promover o saneamento do sistema bancário nacional pela liquidação e/ou intervenção em bancos nacionais com problemas financeiros, o que ocorreu através do PROER, o governo brasileiro acabou também estimulando a entrada de grandes bancos estrangeiros no setor bancário nacional. Através da venda de parcela dos ativos destes

⁶ “A lei n° 6.404, que dispõe sobre a intervenção e liquidação de instituições financeiras, não permitia uma atuação preventiva por parte do Banco Central” (Barros e Almeida Júnior, 1996).

bancos nacionais para as instituições estrangeiras, muitos destes problemas financeiros puderam ser resolvidos.

As perspectivas favoráveis, diante de uma economia estabilizada a partir da implantação do Real, aumentaram também os interesses das instituições estrangeiras pelo setor bancário brasileiro, seja por meio da associação com bancos nacionais, ou pela instalação de agências bancárias. (FREITAS, 1999 b, p.114).

A constituição de 1988 não permitia a entrada de bancos estrangeiros no setor bancário doméstico. As autoridades monetárias, porém, através de vários acordos e recorrendo as disposições transitórias da Constituição, conseguiram através da decisão do Presidente da República permitir que estas instituições bancárias ingressassem no Brasil sempre que esta participação se tornasse favorável aos interesses do país. (CORAZZA, 2000).

Em agosto de 1995, através da Exposição de Motivos nº 311 encaminhada pelo Ministro da Fazenda ao Presidente da República, o governo brasileiro acabou estabelecendo o interesse do país à entrada de bancos estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional.

A participação dos bancos estrangeiros passou a ser incentivada pelo governo no intuito de permitir a capitalização de instituições privadas nacionais, e/ ou nos processos de privatização dos bancos nacionais, conforme já ressaltado anteriormente. O principal objetivo pretendido pelo governo, no entanto, estava relacionado às expectativas de que estas instituições poderiam promover a modernização do sistema financeiro nacional. (FREITAS, 1997 b). A permissão para que os bancos estrangeiros atuassem no país passou a ser vista pelo governo brasileiro como um elemento importante para promover as melhorias necessárias no setor bancário nacional, e, dessa forma, o governo acabou por promover o processo de abertura do sistema bancário.

A autorização para que os bancos estrangeiros se instalassem no Brasil veio através de decreto presidencial em 08 de agosto de 1995, com a entrada do primeiro banco estrangeiro, o banco holandês Rabobank Nederlands. Em 1997, o Brasil já registrava o maior número de autorizações para o ingresso dos bancos estrangeiros desde a edição da Exposição de Motivos nº 311, com a entrada de treze novas instituições estrangeiras. O ano de 1997 merece destaque, pois, foi a primeira vez que os problemas financeiros de um banco nacional foram resolvidos por uma entidade estrangeira, que se deu através da

compra dos ativos do banco privado nacional Bamerindus pelo Grupo HSBC. (FREITAS, 1997 a).

A partir deste período muitas outras aquisições de bancos privados nacionais passaram a ocorrer, dentre estas aquisições destaca-se: (a) a compra do Bamerindus pelo banco britânico HSBC em 1997, conforme destacado anteriormente, que a partir desta aquisição utilizando os recursos do PROER, ficou sendo em 1998, o maior banco estrangeiro no país, (b) o banco Santander adquiriu o Banco geral do Comércio em 1997, no mesmo ano adquiriu também o banco Noroeste, e posteriormente em 2000, adquiriu o Grupo Meridional e o Banespa, (c) o banco com controle italiano/francês, Sudameris, adquiriu o Banco América do Sul em março de 1998, (d) o banco espanhol Bilbao Vizcaya, acabou adquirindo em outubro de 1998, o Banco Excel-Econômico, e o Banco Real S.A foi incorporado pelo grupo ABN Amro no início de 2000. (PAULA e MARQUES, 2004, p.18).

Algumas modificações ocorreram mais recentemente em virtude das flutuações ocorridas no mercado financeiro, alterando esta estrutura. No início de 2003, o Banco Sudameris acabou sendo comprado pelo ABN Amro, e o banco privado nacional Bradesco, acabou adquirindo o Banco Bilbao Vizcaya. Estas últimas aquisições pode ser uma indicação de um movimento contrário ao que vinha sendo observado anteriormente, indicando uma forte atuação dos bancos nacionais frente aos novos concorrentes estrangeiros. (PAULA e MARQUES, 2004).

A decisão do governo brasileiro em permitir a participação de instituições estrangeiras no país contribuiu para que ocorresse um intenso movimento de elevação no número de bancos com controle estrangeiro no país. A forte participação dos bancos estrangeiros nas atividades bancárias do setor nacional, sobretudo, a partir de 1997, pôde ser vista pelo aumento da participação dos bancos estrangeiros nos ativos da área bancária que em 1997 correspondia a 12,82%, e em 2000 elevou-se para 27,41%. (PAULA e MARQUES, 2004, p.24).

Ao mesmo tempo em que aumentava o número de bancos estrangeiros no país, diminuía o total de bancos que atuavam no setor bancário nacional. Em 1994, registravam-se 246 bancos que atuavam no setor bancário nacional, um número que foi reduzido para 192 no ano de 2000. (TROSTER, 1998).

A partir da transformação que ocorreu na economia e no setor bancário, com a privatização de alguns bancos públicos, a abertura do setor bancário nacional aos bancos

estrangeiros e o saneamento de alguns bancos privados nacionais, iniciava-se uma intenso movimento de concentração no setor bancário nacional.

Esse movimento de concentração acabou levando a uma redução no número total de bancos atuantes no setor bancário e a uma drástica redução no número de algumas categorias de instituições nacionais. Em 1994, o número de bancos públicos que era de 40, passou para 30 em 1998, já o número de bancos privados nacionais diminuiu de 147 em 1994 para 106 em 1998, enquanto isso o número de bancos estrangeiros que era de 69 em 1994, aumentou para 75 em 1998. (PUGA apud CORAZZA, 2000).

A presença dos bancos estrangeiros no setor bancário, conforme destacado anteriormente, surgiu num primeiro momento como uma nova forma de financiamento para os bancos nacionais em dificuldades. As autoridades governamentais acreditavam que a entrada destas instituições no setor doméstico fosse uma estratégia positiva e favorável, podendo assim, solucionar as principais deficiências do mercado bancário doméstico, problemas como a concentração em operações de curto prazo, spreads e custos elevados em relação aos padrões internacionais, ausência de mecanismos de financiamento de longo prazo, etc.⁷

No que diz respeito aos interesses das autoridades governamentais, vários argumentos ressaltaram as contribuições que poderiam ser trazidas pelos bancos estrangeiros ao setor bancário brasileiro. Segundo alguns destes argumentos, os bancos estrangeiros trariam maior vantagem em aporte de tecnologia de crédito e controle de risco, já que os bancos nacionais não estavam aparelhados adequadamente para conceder crédito de longo prazo, dada a ausência de tradição nessa atividade. Enquanto, as instituições estrangeiras já possuíam mecanismos de controle para limitar as perdas, e isso se tornava um diferencial não somente para o banco, mas para o sistema bancário como um todo. O ingresso dos bancos estrangeiros proporcionaria ainda o melhor acesso ao mercado internacional. Através do fortalecimento das relações internacionais, os bancos estrangeiros poderiam atrair possíveis investimentos de seus clientes estrangeiros para o setor doméstico, traduzindo-se em maior eficiência para setor nacional. (FREITAS, 1999 b).

⁷ “Ainda com o intuito de favorecer a entrada de capitais externos para o Sistema Financeiro Nacional, em 16 de novembro de 1995, o CMN (Conselho Monetário Nacional) eliminou por meio da Resolução nº 2.212, a exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro daquele exigido para um banco nacional. Esse requisito havia sido fixado em 1994, quando da adesão brasileira ao Acordo da Basileia, ocasião em que novos valores mínimos de capital foram definidos pela Resolução CMN nº 2099, de 17 de agosto.” (Freitas).

De acordo com Freitas (1997 b, p.131), alguns estudos demonstraram a superioridade dos bancos estrangeiros em relação aos bancos nacionais no que se refere à utilização de técnicas de administração de risco. Dada a experiência internacional, estas instituições poderiam proporcionar ao setor a utilização destas técnicas contribuindo para a modernização do mesmo no que se refere a administração de riscos nas diversas atividades bancárias.

Acreditava-se também, que a entrada dos novos concorrentes estrangeiros poderia ainda contribuir para que viesse a ocorrer uma redução gradual do spread bancário praticado no setor doméstico. Através das melhores técnicas de redução nos custos, os bancos estrangeiros, no médio e longo prazo, teriam vantagens de economia de escala que poderiam promover uma redução em seus custos. Esperava-se que, a partir de tal fato, ocorresse uma redução no spread devido aos ganhos de escala. (FREITAS, 1997 b).

Apesar dos argumentos favoráveis a entrada dos bancos estrangeiros no país, não se desconsiderava também o grande papel que estes poderiam exercer sobre uma possível crise sistêmica, e sobre a dificuldade de controle pelas autoridades monetárias. Diante de um momento de instabilidade na economia doméstica, os depositantes podem preferir direcionar seus recursos para os bancos estrangeiros no intuito de se proteger contra uma possível insolvência de um banco privado nacional. Tal fato dificultaria a gestão macroeconômica das autoridades monetárias. (FREITAS, 1997 b).

De fato, segundo Freitas (1997 b, p.131), o predomínio das instituições estrangeiras no mercado doméstico pode prejudicar a gestão macroeconômica da autoridade monetária, no sentido de que, num período de maior instabilidade na economia doméstica, os bancos estrangeiros, preferindo manterem-se mais líquidos, podem ocasionar uma fuga de capitais, para se proteger contra as incertezas na economia doméstica dificultando com isso, a reativação do mercado interbancário pelas autoridades monetárias.

Freitas, (1997 b, p.131), argumenta que uma vez motivadas pela busca de lucros expressivos, a participação das instituições estrangeiras no setor doméstico não garante que estes novos concorrentes possam influenciar no desempenho do setor bancário nacional, seja através de uma redução no custo do crédito, ou seja, através de um aumento da oferta de crédito, segundo os objetivos do governo. Neste sentido, a participação dos bancos estrangeiros passou a ocorrer a partir de uma forte conglomeração de atividades através das quais estas instituições buscavam ampliar suas opções de captação de aplicação de recursos, buscando deste modo, ampliar suas oportunidades de ganhos.

Quanto aos interesses dos bancos estrangeiros, as expectativas de forte aumento das atividades de crédito dado o período de baixa inflação, e as expectativas de retomada de crescimento da economia, tornaram-se fundamentais para estimular a participação destas instituições no setor bancário doméstico. (CARVALHO et al, 2002).

As instituições estrangeiras buscavam a exploração de suas atividades tradicionais nos mercados de serviços financeiros de outros países, especialmente através de processos de aquisições e/ou participação acionária em outras instituições domésticas. A expansão de seus negócios para outras economias, era visto como a solução para resolver os problemas de redução em suas margens de lucro pela atuação em mercados já saturados. Porém, segundo Carvalho et al (2002, p.19), na expansão de suas atividades para o exterior, os bancos estrangeiros objetivam reforçar seus negócios já tradicionais.

Finalmente, deve-se ressaltar que a presença dos bancos estrangeiros no Brasil foi favorecida também pela adesão do Brasil ao Acordo da Basileia. A partir do acordo, a exigência de um capital mínimo aos bancos, cujo objetivo seria controlar os riscos envolvidos em suas operações, acabou impondo sérios limites aos menores bancos nacionais. Tal fato estimulou as instituições menos capitalizadas a buscarem parceiros ou controladores mais fortes, estimulando com isso a entrada do capital externo no setor bancário. (SOARES, 2001)

Ao evitar que os problemas financeiros de algumas instituições bancárias nacionais comprometessem a estabilidade de todo sistema bancário, o governo brasileiro acabou adotando algumas medidas de reestruturação aos bancos, como foi o PROER. Procurou-se ainda adotar medidas mais restritivas à expansão da oferta de crédito através do Acordo da Basileia. Estes fatores, conforme visto anteriormente, contribuíram para que viesse a ocorrer uma intensa participação dos bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro, aumentando as expectativas em torno das mudanças que esses novos concorrentes estrangeiros poderiam promover no sistema bancário nacional.

O capítulo seguinte abordará o impacto da presença dos bancos estrangeiros no Sistema Bancário Nacional na década de 90. Através de uma análise dos principais indicadores do setor, comparando o desempenho dos bancos nacionais e estrangeiros, pretende-se verificar se as melhorias nas condições de crédito pretendidas pelo governo para o setor bancário brasileiro foram alcançadas a partir da entrada destes novos concorrentes estrangeiros no setor.

4 - O DESEMPENHO DOS BANCOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS NO BRASIL E AS CONSEQÜÊNCIAS SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O objetivo deste capítulo é analisar o desempenho dos bancos nacionais e estrangeiros no Brasil ao longo da década de 90 a fim de avaliar se a internacionalização do setor bancário de fato favoreceu as condições de crédito no país. Considerando que a dinâmica comportamental dos bancos gera efeitos na dinâmica monetária da economia, o desempenho do setor bancário será analisado considerando tanto a sua dimensão microeconômica como macroeconômica.

Por um lado, no que diz respeito à dimensão microeconômica, considera-se os bancos como agentes econômicos submetidos à busca pela maximização de lucros. Neste sentido, os bancos procuram direcionar seus recursos para aplicações cujas perspectivas sejam de retornos elevados. Por outro lado, o comportamento dos bancos em busca da maximização de lucros afeta diretamente a dinâmica macroeconômica do setor no que diz respeito à capacidade do sistema bancário em melhorar as condições de crédito, seja através de uma expansão da oferta de crédito, ou através da cobrança de menores taxas de juros aos tomadores de recursos.

Pode-se argumentar que a capacidade do sistema bancário em desenvolver estratégias para gerenciar melhor seu ativo e passivo, buscando diminuir os custos envolvidos em suas atividades, de forma a explorar melhores oportunidades de lucros, poderia significar melhores oportunidades também para os tomadores de recursos, já que os bancos teriam mais disponibilidades de recursos para aplicar em uma possível expansão da oferta de crédito. Ou seja, um bom desempenho dos bancos, no que diz respeito aos seus aspectos microeconômicos, poderia favorecer também o desempenho geral do setor no que diz respeito à melhoria nas condições de crédito. Dentro desse contexto, a entrada dos bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro, ao favorecer o desempenho do setor, poderia estimular a oferta de crédito. No entanto, ao longo do capítulo será verificado que, embora os bancos tenham de fato alcançado bons indicadores relativos ao aumento do lucro e à redução do custo, a oferta de crédito não se alterou após a entrada dos bancos estrangeiros no setor.

4.1 - Custos de Intermediação

Para o sistema bancário, assim como para as demais empresas, a redução de custos é um elemento essencial no processo competitivo, e, portanto, uma peça chave para alcançar a eficiência microeconômica. O custo de intermediação no setor bancário é obtido pela relação entre as despesas de pessoal e as despesas administrativas sobre as receitas operacionais. (CARVALHO et al, 2002, p.61). A relação custo-receita é um elemento importante que avalia a eficiência da instituição bancária na redução de suas despesas administrativas e pessoais em relação as receitas obtidas em suas atividades.

TABELA 1: Custos de Intermediação do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1994 a 2000. (%)

Bancos Privados Nacionais							
Ano	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00
Bradesco	24,84	23,34	32,51	30,43	27,78	24,12	23,56
Itaú	16,42	24,52	30,18	31,59	28,37	24,92	28,33
Safra	7,58	13,58	18,93	13,21	13,65	12,62	10,24
Unibanco	6,08	18,87	28,14	20,46	19,01	11,28	16,43
Média Bancos Privados Nacionais	13,73	20,08	27,44	23,92	22,20	18,23	19,64
Bancos Estrangeiros							
Ano	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00
ABN Amro	18,97	22,64	36,18	32,50	31,27	24,75	19,31
BankBoston	4,28	13,00	18,63	12,77	13,00	7,17	10,87
Citibank	5,11	9,85	17,93	14,67	17,77	9,20	10,69
Hsbc	*	*	*	37,87	28,04	31,06	19,32
Santander	19,15	22,93	35,28	16,59	13,80	12,22	6,30
Média Bancos Estrangeiros	11,88	17,10	27,00	22,88	20,77	16,88	13,30

Fonte: Cálculo a partir dos dados do Banco Central do Brasil, Balancete dos Bancos.

(*) - Os dados do Banco HSBC estão disponíveis somente a partir de 1997, período em que através da aquisição do Bamerindus passou a fazer parte do Sistema Bancário Privado Brasileiro.

O crescimento observado nos custos de intermediação de todo setor bancário privado brasileiro no período de 1995 a 1996 está associado ao fim da escalada inflacionária que expôs os bancos a elevados custos associados à tática que já vinha sendo utilizada no período anterior ao Plano Real, de captar mais recursos para aumentar os ganhos com o *floating*. As estratégias de captação de recursos acabaram levando a uma elevação das despesas administrativas dos bancos, com reflexos sobre o crescimento dos custos. (ANDIMA, 2001, p.68).

A partir do processo de reestruturação do Sistema Financeiro, o governo brasileiro adotou medidas para sanear os bancos nacionais com problemas financeiros. Tal processo levou a redução dos custos através de um enxugamento do quadro funcional, diminuindo as despesas administrativas dos bancos e melhorando seus custos de intermediação a partir de 1996, conforme observa-se na tabela 1.

A redução nos custos de intermediação dos **bancos privados nacionais** a partir de 1996 é explicada por uma mudança na composição de suas receitas, que ocorreu após o período inflacionário. A recomposição iniciada após a queda dos volumes de *floating* durante o Plano Real resultaram no aumento da receita de serviços. Estas receitas foram responsáveis por cobrir uma grande parcela das despesas administrativas deste segmento. Em 1994 as receitas de serviços foram responsáveis por cobrir 23,3% das despesas administrativas dos bancos privados nacionais, em 1999 esse volume aumentou para 44,3%. (ANDIMA, 2001, p.71). Uma análise individual permite verificar que no período de 1997 a 1999 observou-se um crescimento de 91% nas receitas operacionais alcançadas pelo Banco Bradesco, já o Banco Itaú apresentou uma elevação de 48% em suas receitas no mesmo período.⁸ Tal fato contribui para uma redução nos custos de intermediação setor privado nacional.

A queda mais significativa nos custos para os bancos privados nacionais, conforme verifica-se a partir da tabela 1, foi apresentada pelo grupo Unibanco, que reduziu seu custo de 28,14% em 1996 para 11,28% no ano de 1999. No que diz respeito aos bancos estrangeiros, o Banco Santander foi o que apresentou maior redução nos custos de intermediação, reduzidos de 35,25% em 1996 para 6,30% em 2000.

Percebe-se que ambos os segmentos bancários, privado nacional e estrangeiro apresentaram uma redução em seus custos a partir de 1996. Cada um deles adotou uma estratégia diferente para a redução destes custos. Os bancos privados nacionais acabaram tendo seus custos reduzidos a partir da substituição das receitas inflacionárias pela receita de serviços que ocorreu após o período inflacionário, conforme destacado anteriormente.

No que se refere aos bancos estrangeiros, a forte utilização de aplicações voltadas para os títulos públicos fez com que o peso destes gastos com esse tipo de aplicações superasse qualquer outra despesa. Assim as despesas administrativas tornaram-

⁸ “Cálculo realizado a partir de dados retirados dos Balancetes dos Bancos Bradesco e Itaú.” (Banco Central do Brasil, Balancete dos bancos, vários números).

se menos significativas em relação a outras despesas, implicando em uma redução no custo de intermediação do segmento estrangeiro a partir de 1996. (ANDIMA, 2001, p.69).

Embora venha ocorrendo ao longo do período analisado, uma redução nos custos de intermediação, ainda assim as despesas administrativas e a recomposição das receitas ainda representavam um peso sobre a redução de custos nos períodos posteriores a 1994. Os **bancos privados nacionais** ainda buscavam introduzir novas tecnologias na prestação de seus serviços, buscando recompor a perda das receitas obtidas com a inflação, e deste modo tornando mais favorável também a composição de seus custos. No que se refere às **instituições estrangeiras**, os elevados custos de intermediação que se mantiveram mesmo com a redução observada a partir de 1996, podem ser explicados também pelos processos de incorporação que ocorreram, onde muitas instituições estrangeiras acabaram assumindo um quadro de elevados custos que apresentavam os bancos nacionais adquiridos.

4.2 - Rentabilidade Patrimonial

O indicador de rentabilidade patrimonial fornece uma análise eficiente sobre a capacidade da instituição bancária em administrar seus ativos e passivos totais de maneira a gerar a taxa de retorno de seus acionistas, ou seja, oferece uma análise do retorno sobre capital. A rentabilidade patrimonial é obtida pela proporção do lucro líquido sobre o patrimônio líquido. (LUDÍCIBUS, 1998, p.114).

TABELA 2: Rentabilidade Patrimonial do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1995 a 2000. (%)

Bancos Privados Nacionais						
Ano	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00
Bradesco	-1,56	7,26	7,02	9,22	9,57	9,64
Itaú	4,67	8,11	8,71	17,15	13,14	14,18
Safra	13,82	17,24	8,94	7,19	6,98	10,16
Unibanco	4,01	7,35	10,45	7,24	7,1	7,07
Média Bancos Privados Nacionais	5,23	9,99	8,78	10,2	9,20	10,26
Bancos Estrangeiros						
Ano	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00
ABN Amro	12,19	11,05	7,12	-5,6	0,62	2,97
BankBoston	2,46	5,09	12,32	11,49	12,97	12,07
Citibank	5,25	-10,34	-3,18	6,71	15,54	15,04
HSBC	*	*	1,45	6,15	6,85	6,33
Santander	*	*	-25,7	1,04	0,96	5,00
Média Bancos Estrangeiros	6,63	1,93	-1,60	3,96	7,39	8,28

Fonte: Cálculo a partir do Banco Central do Brasil, Balancete dos Bancos.

(*) Para os bancos HSBC e SANTANDER, os dados sobre lucro líquido só encontram-se disponíveis a partir de 1997. Não foram encontrados também os dados referentes ao lucro líquido de todos os bancos analisados no período de 1994.

Através da análise da tabela 2, percebe-se que o segmento privado nacional foi bem sucedido em gerar rentabilidade. Mesmo diante da presença dos novos concorrentes estrangeiros, a rentabilidade se manteve crescente ao longo da década. A perda das receitas inflacionárias que ocorreu após a implantação do Plano Real, estimulou os bancos privados nacionais num primeiro momento, a manter seu nível de rentabilidade explorando as operações de crédito. A menor rentabilidade patrimonial dos **bancos privados nacionais** selecionados, que ocorreu em 1995, conforme demonstra a tabela 2, é explicada pelo quadro de ajuste no sistema bancário nacional (já visto na seção anterior), que para alguns bancos nacionais, implicou na redução de suas margens de lucro.

A rentabilidade patrimonial dos **bancos estrangeiros** analisados se mostra inferior à rentabilidade apresentada pelos bancos privados nacionais em todos os períodos analisados. A aquisição de bancos nacionais pode ser uma das explicações para a menor rentabilidade apresentada pelos bancos estrangeiros, pois, estas instituições passaram a incorporar ao seu patrimônio instituições nacionais que vinham enfrentando sérios problemas financeiros e por isso apresentavam um lucro líquido reduzido ou em alguns casos negativo. O melhor desempenho dos bancos estrangeiros, que ocorreu a partir de 1998 deve-se aos maiores índices apresentados pelo Bankboston e Citibank no período, explicados pela legislação bancária de seu país de origem, os Estados Unidos, que estabelece para as instituições financeiras atuantes no exterior uma proteção de seu capital

contra os riscos cambiais nos países em que estiverem atuando. A legislação bancária vigente nos Estados Unidos exige que as instituições bancárias atuantes no exterior, mantenham seu capital protegido de possíveis variações cambiais. (VASCONCELOS et al, 2002).

Os bancos estrangeiros selecionados não conseguiram apresentar o mesmo desempenho observado pelos bancos privados nacionais na geração de rentabilidade patrimonial. Ressalta-se, porém, que as instituições estrangeiras passavam ainda por uma fase de adaptação ao setor bancário nacional, com a abertura de agências, processos de fusões e aquisições, elementos que contribuiriam para que neste período seu lucro líquido em relação ao seu patrimônio fosse menor, tornando sua rentabilidade patrimonial inferior a dos bancos privados nacionais. Neste aspecto, verificou-se que a maior rentabilidade obtida pelos bancos nacionais, acabou levando algumas instituições estrangeiras a abandonarem o setor bancário nacional. O desempenho das instituições privadas nacionais frente os concorrentes estrangeiros ocasionou também um processo contrário ao que vinha até então sendo observado, a partir da aquisição de alguns bancos estrangeiros por instituições nacionais, conforme verificou-se no capítulo anterior.

Através da sua capacidade de substituição na composição de suas de receitas após a perda das receitas inflacionárias, os bancos privados nacionais parecem ter se adaptado ao quadro de instabilidade macroeconômica observado em determinados períodos, explorando excelentes oportunidades de ganhos e apresentando uma grande capacidade em manter-se rentável, mesmo diante da entrada dos bancos estrangeiros no setor doméstico.

4.3 - Margem Líquida

O índice de margem líquida é obtido através da proporção entre o lucro líquido em relação as receitas. (LUDÍCIBUS, 1998, p.111), permitindo uma boa análise da margem de lucros alcançada pelos bancos privados nacionais e estrangeiros no Brasil. A análise deste índice sinaliza a eficiência das instituições bancárias no processo de geração de lucros. Através desta análise pode-se verificar como as instituições bancárias vêm gerenciando suas despesas e receitas de modo a maximizar sua margem de lucratividade.

TABELA 3: Índice de Margem Líquida do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1994 a 2000.

Bancos Privados Nacionais							
Ano	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00
Bradesco	5,25	4,42	9,01	-0,47	2,61	-0,07	2,28
Itaú	2,06	1,65	7,49	2,22	9,88	6,03	9,13
Safra	2,22	9,20	10,89	1,44	2,88	-1,01	2,77
Unibanco	-0,05	-0,20	3,95	4,77	2,11	1,80	5,04
Média Bancos Nacionais	2,37	3,77	7,83	1,99	4,37	1,69	4,8
Bancos Estrangeiros							
Ano	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00
ABN Amro	2,01	0,90	5,62	4,00	2,01	0,46	1,56
BankBoston	8,43	3,42	2,03	2,21	1,71	1,42	3,44
Citibank	3,46	4,14	-6,45	-1,61	1,01	5,24	3,78
HSBC	5,63	1,54	2,26	0,85	0,15	0,18	0,40
Santander	6,03	3,15	-2,96	-13,26	0,13	0,38	1,19
Média Bancos Estrangeiros	5,11	2,63	0,1	-1,56	1,0	1,54	2,07

Fonte: Vasconcelos et al, 2002, p.21.

De modo geral, observa-se que os **bancos privados nacionais** demonstram uma grande capacidade de defender sua margem de lucros mesmo diante da entrada dos concorrentes estrangeiros no setor bancário doméstico. O índice de 7,83 em 1996 demonstra os resultados de uma fase de adaptação enfrentada pelos bancos nacionais, que os levou a substituir as receitas inflacionárias pela expansão das operações de crédito. Já em 1997, diante de um cenário adverso na economia doméstica e com as novas medidas adotadas pelo governo no intuito de restringir as operações de crédito dos bancos, a margem de lucratividade dos bancos privados nacionais passa por uma redução, conforme verifica-se na tabela.

Os **bancos estrangeiros** adquiriram alguns bancos nacionais que enfrentavam sérios problemas financeiros, conforme já destacado anteriormente. Muitas destas instituições nacionais apresentam uma situação de prejuízo, com custos elevados, etc... Tal fato contribuiu para que estas instituições apresentassem um significativo declínio em suas margens de lucro, como em 1997, por exemplo, quando o índice médio é negativo em -1,56. O grupo Santander esteve nesta situação, apresentava um índice de 6,03 em 1994, que acabou sendo reduzido para 1,19 em 2000. Esta redução pode ser explicada pelo alto prejuízo incorporado em seu lucro líquido a partir da compra do Banespa neste mesmo ano. Contribuiu também para que ocorresse este declínio na margem de lucros, as condições macroeconômicas no cenário internacional. Ressalta-se que em 1997, a crise asiática causava incertezas no cenário internacional, com reflexos sobre a economia

doméstica, e sobre as perspectivas de lucros dos bancos, gerando incertezas quanto à viabilidade dos negócios financeiros no ambiente doméstico.

O melhor desempenho observado pelos bancos nacionais em relação aos bancos estrangeiros na geração de lucros revelou a capacidade destas instituições em manter boas condições de lucratividade mesmo diante das mudanças ocorridas no período, frente à participação dos novos concorrentes estrangeiros no setor bancário nacional.

Com a relação ao desempenho de todo sistema bancário, a capacidade que tem os bancos, sejam nacionais ou estrangeiros, de serem ao mesmo tempo intermediários financeiros de recursos para a economia, e instituições que buscam a maximização de lucros, influenciam as aplicações que possam oferecer ao público em geral. Assim, diante de uma redução em sua margem de lucros, os bancos procuram investir seus recursos em aplicações que possam lhe oferecer um retorno mais rápido e com menor risco de uma possível redução na margem de lucro alcançada. Neste sentido, os bancos passam a substituir operações de longo prazo, de menor liquidez e mais alto risco, por aplicações de curto prazo, cuja liquidez é mais elevada e oferece alta rentabilidade.

4.4 - O Portfólio de Aplicações dos Bancos no Brasil

Diante de um ambiente de elevada incerteza, as instituições bancárias buscam segurança através de um comportamento mais conservador, direcionando sua carteira para ativos que ofereçam menor risco, como as aplicações em títulos públicos, que são ativos menos arriscados, e que oferecem alta rentabilidade.

O portfólio de aplicações é determinado por este comportamento dos bancos frente aos riscos que podem assumir em suas operações financeiras. Assim, instituições mais conservadoras terão suas aplicações voltadas aos ativos que ofereçam menores riscos. Em contrapartida, instituições que tenham menor aversão a riscos terão em seu portfólio, aplicações que ofereçam maior rentabilidade, mesmo que possam lhe oferecerem maiores riscos.

Os bancos, ao desenvolverem uma atividade que busca alcançar elevadas margens de lucros na realização de suas operações de intermediação financeira procuram de alguma forma se proteger contra os riscos inerentes a este tipo de atividade. Para

alcançar este objetivo, os bancos procuram conciliar lucratividade com a preferência pela liquidez, protegendo-se contra as possíveis incertezas do mercado.

As expectativas de lucros, envolvendo o menor risco possível, são, em geral, o determinante das escolhas de aplicações dos bancos e da composição de seu portfólio. Considerando que as condições de incerteza quanto ao futuro dos negócios também afetam a composição da carteira de aplicações bancárias, as decisões de aplicações das instituições bancárias, sejam dos bancos privados nacionais ou dos bancos estrangeiros, dependem de suas preferências com relação ao risco envolvido na concessão de crédito ao público.

A oferta de crédito do sistema bancário brasileiro na década de 90 pode ser observada a partir deste comportamento das instituições bancárias, expressado através de sua maior preferência pela liquidez ou de sua aversão ao risco.⁹ As preferências por parte das instituições bancárias serão um dos fatores determinantes do volume de crédito ofertado pelo sistema bancário brasileiro, assim como do custo deste crédito cobrado ao tomador final.

TABELA 4: Composição dos Ativos do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1998 a 2000. (%)

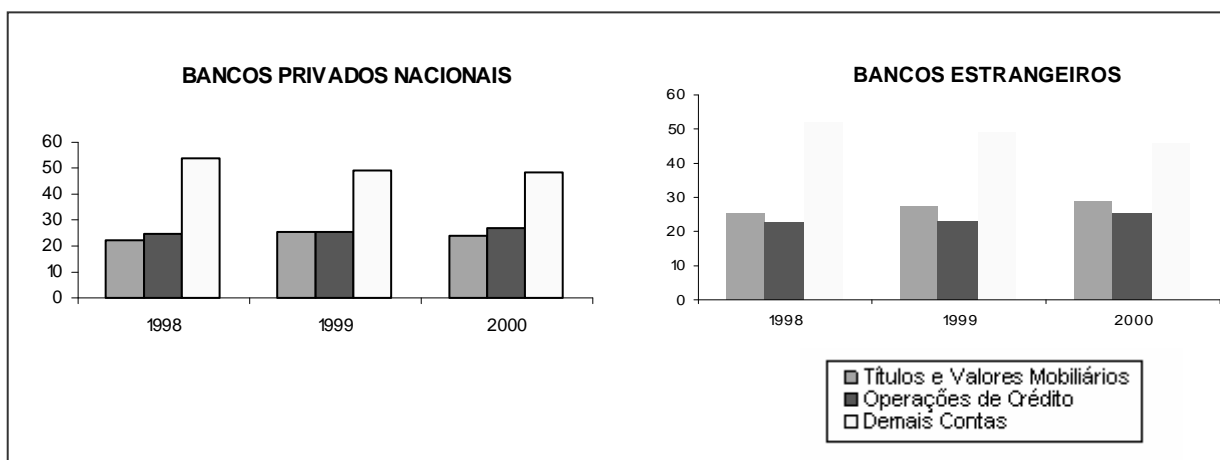
Bancos Privados Nacionais			
Ano	Dez/98	Dez/99	Dez/00
Títulos e Valores Mobiliários	22,2	25,5	24,1
Operações de Crédito	24,3	25,6	27,3
Demais Contas	53,5	48,9	48,6
Total	100,0	100,0	100,0
Bancos Estrangeiros			
Ano	Dez/98	Dez/99	Dez/00
Títulos e Valores Mobiliários	25,4	27,5	28,9
Operações de Crédito	22,6	23,4	25,3
Demais Contas	52,0	49,2	45,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Andima, 2001, p.62

⁹ “A aversão ao risco das instituições bancárias pode ser avaliada a partir do **grau de alavancagem**. Quanto mais alto o grau de alavancagem de uma instituição bancária, maior será sua exposição ao risco de liquidez, ou seja, um grau de alavancagem alto sugere que as instituições têm menor aversão ao risco.” (VASCONCELOS et al, 2002).

O Risco de Liquidez é o risco decorrente de que as reservas e disponibilidades de uma instituição não sejam suficientes para honrar suas obrigações no momento em que ocorrem.

GRÁFICO 1: Composição dos Ativos do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1998 a 2000. (%)



Fonte: Cálculo a partir de Andima, 2001, p.62.

Através da análise da tabela 4 e gráfico 1, constata-se que **segmento bancário privado nacional** registrou um crescimento de 12% nos recursos direcionados ao crédito no final do período, enquanto isso, as aplicações em títulos registraram uma expansão de 8,55%. A expansão das operações de crédito foi influenciada pela queda dos juros na economia doméstica no decorrer de 2000. Com a perspectiva de retomada de crescimento econômico, e a menor rentabilidade que ofereceriam as aplicações em títulos públicos dada uma redução na taxa de juros, as instituições nacionais responderam positivamente a demanda através de um aumento na oferta de crédito ao público. (ANDIMA, 2001, p.63).

O segmento estrangeiro apesar de apresentar uma elevação na oferta de crédito no final do período, continuou a manter maior parte de seus recursos aplicados em títulos e valores mobiliários, que registrou uma participação de aproximadamente 29 % no total do ativo dos bancos estrangeiros em 2000. (ANDIMA, 2001, p.63).

Pela análise dos dados e do período, observa-se que a trajetória de queda na taxas de juros e a perspectiva de retomada de crescimento, impulsionou as instituições bancárias nacionais a aumentarem suas aplicações em crédito no ano 2000. A partir de tal fato, as instituições aumentaram as perspectivas em relação à capacidade de pagamento dos possíveis tomadores de crédito.

No que diz respeito à preferência por aplicações em títulos e valores mobiliários, as instituições estrangeiras consideraram essas alternativas seguras principalmente nos períodos em que às condições para economia brasileira não se

mostravam favoráveis. Esse motivo tornou as aplicações em títulos uma alternativa mais segura pelo seu baixo risco e retorno garantido.

Ressalta-se principalmente, que apesar das expectativas das autoridades governamentais em torno de uma expansão da oferta de crédito após a abertura do setor aos bancos estrangeiros, os bancos nacionais demonstraram ser ainda o segmento que melhor aplica seus recursos numa expansão da oferta de crédito aos tomadores.

4.4.1 - Composição das Receitas do Setor Bancário

O setor bancário privado brasileiro vem, desde 1994, buscando alterações na composição de seu portfólio no sentido de compensar as perdas das receitas inflacionárias. A composição da receita das instituições bancárias também assume perfil diferente de acordo com as escolhas de aplicações de seus ativos e também de acordo com a sua propensão à exposição ao risco. Tal fato é observado a partir das mudanças que vêm ocorrendo na composição de suas receitas.

TABELA 5: Composição das Receitas do Setor Bancário Privado Brasileiro no período de 1994 a 2000 (%).

Bancos Privados Nacionais							
Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Operações de Crédito	29,2	37,0	33,2	32,8	25,8	20,7	26,5
Títulos e Valores Mobil.	10,1	10,4	13,1	21,8	27,5	31,2	28,8
Demais Receitas	60,7	52,6	53,7	45,4	46,7	48,1	44,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Bancos Estrangeiros							
Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Operações de Crédito	12,7	16,4	27,4	23,7	18,3	10,2	17,3
Títulos e Valores Mobil.	4,2	9,6	17,7	33,1	41,4	51,9	48,9
Demais Receitas	83,1	74,0	54,9	43,2	40,3	37,9	33,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Andima, 2001, p.71-72.

A composição das receitas do Sistema Bancário Privado Brasileiro no período selecionado permite verificar as preferências da carteira de ativos dos bancos. As receitas obtidas pelas instituições bancárias apresentam uma composição distinta de acordo com o perfil de cada segmento bancário, e de acordo com o grau de alavancagem de cada grupo de bancos. Ressalta-se, porém, que em todos os segmentos ocorre um mesmo movimento

de crescimento na participação das receitas decorrentes das aplicações em títulos e valores mobiliários.

Os **bancos privados nacionais**, conforme verifica-se na tabela 5, vêm obtendo a partir de 1998 maior participação dos títulos públicos em relação as operações de crédito na composição de suas receitas, atingindo em 1999 31,2% de aplicações em títulos e valores mobiliários contra 20,7% em operações de crédito. No entanto, observa-se que durante todo período analisado, o segmento privado nacional é o segmento que apresenta maior participação das operações de crédito na composição de suas receitas. (ANDIMA, 2001, p.72).

Quanto aos **bancos estrangeiros**, a participação de receitas obtidas através de aplicações em títulos vem demonstrando ser maior entre os segmentos bancários. Esta participação atingiu mais de 48% no total de receitas em 2000, contra 17,3% das receitas obtidas com operações de crédito. Esse movimento vem indicando uma tendência dos bancos, sobretudo os estrangeiros, em explorar as oportunidades de ganhos, e principalmente diminuindo o risco envolvido em seus negócios em determinados momentos de incertezas sobre economia brasileira.

Observa-se, no entanto que essa estratégia das instituições financeiras foi profundamente influenciada pela condução da política monetária do governo brasileiro. No período pós-Plano Real, o governo utilizou a colocação de títulos públicos federais no mercado, em uma ambiente de taxa de juros ascendentes¹⁰ como intuito de esterilizar a grande quantidade de recursos externos que ingressavam ao país. Tal fato estimulou as instituições bancárias a investirem seus recursos neste tipo de aplicação.

Considerando que as instituições bancárias buscam aproveitar as oportunidades de ganho que o mercado oferece, neste cenário a política econômica adotada pelo governo após o Plano Real contribuiu para que as melhores oportunidades de ganhos dos bancos, sejam nacionais ou estrangeiros, fossem obtidas a partir das aplicações em títulos públicos.

Além disso, os problemas financeiros que enfrentaram alguns bancos nacionais e o conseqüente ajustamento que enfrentou todo o sistema bancário brasileiro a partir deste fato levaram o governo a adotar medidas mais restritivas. O Acordo da Basileia teve uma importante função neste sentido. O objetivo do acordo era minimizar os riscos de insucesso das atividades bancárias, padronizando o conceito de capital mínimo e exigindo

¹⁰ “Em 1999 a taxa SELIC superou o patamar de 40% a.a, razão das incertezas geradas pela flexibilização do regime cambial em janeiro, de administração de livre flutuação”. (Andima, 2001, p.34).

requerimentos mínimos para a capitalização dos bancos. Ao exigir das instituições bancárias um capital mínimo para realizarem suas operações de crédito, o acordo acabou não só protegendo o sistema bancário de possíveis problemas de insolvência, mas, principalmente, acabou contribuindo para que os bancos aumentassem suas aplicações em títulos em relação as suas operações de crédito.

Conforme já visto anteriormente, a expectativa das autoridades governamentais ao promover a internacionalização do setor bancário brasileiro era de que os bancos estrangeiros teriam como principal objetivo a exploração do segmento de crédito. Esperava-se que, a partir de tal fato viesse a ocorrer uma expansão na oferta de crédito, assim como redução no custo deste crédito ao tomador final. Esse comportamento esperado por parte dos bancos estrangeiros, no que diz respeito ao aumento da oferta de crédito, está, no entanto, relacionado diretamente às condições no ambiente de atuação dos bancos. O interesse dos bancos estrangeiros em atuar no setor, gerando melhores condições de crédito vigentes no país, depende de um ambiente favorável para este tipo de atividade bancária na economia doméstica. Um ambiente caracterizado pela elevada incerteza que ocorreu no Brasil na segunda metade dos anos 90, no qual o governo se viu obrigado a manter a oferta de títulos públicos de alta rentabilidade e baixo risco, acabou levando as instituições bancárias a adotarem uma postura mais conservadora diante das adversidades enfrentadas na economia doméstica.

O volume de crédito ofertado pelos bancos é afetado por este contexto. Assim, diante da ameaça de perdas ocasionadas pela instabilidade na economia doméstica, as instituições bancárias, sejam nacionais ou estrangeiras acabam muitas vezes direcionando suas carteiras para ativos de menor risco, como as aplicações em títulos públicos. Este fato derivaria também da rentabilidade incomparável desses papéis frente a qualquer outro ativo existente no mercado, considerados o baixo risco, a alta liquidez e o retorno garantido que eles proporcionam.

A análise da tabela 6 a seguir permite verificar a participação dos bancos nos créditos da área bancária. Podendo-se verificar se os segmentos bancários têm aumentado sua participação nos créditos oferecidos pelo setor bancário ao longo do período analisado.

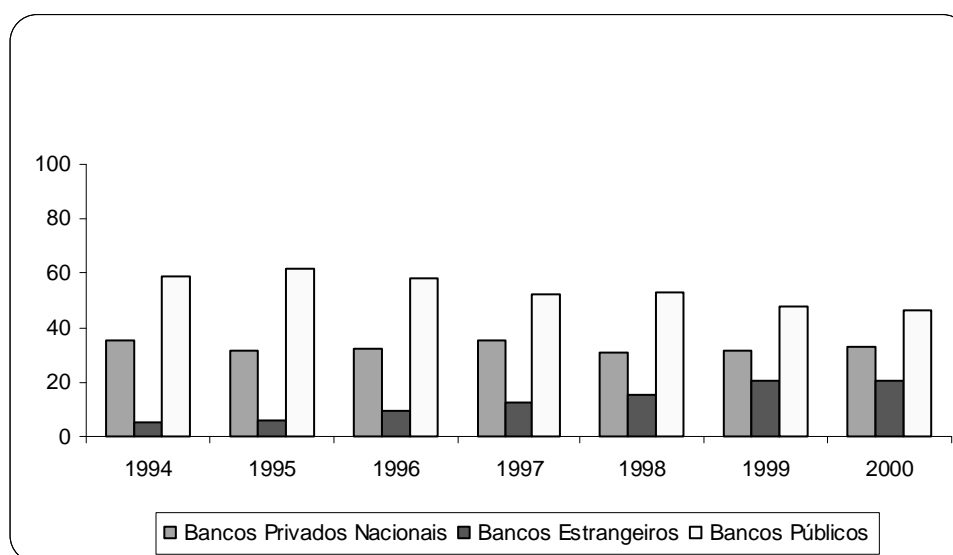
TABELA 6: Participação das Instituições nos Créditos da Área Bancária no período de 1994 a 2000 (%)

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Bancos Privados Nacionais	35,4	31,8	32,7	35,4	31,0	31,7	33,1
Bancos com Controle Estrangeiro	5,5	6,1	9,2	12,4	15,8	20,8	20,3
Bancos Públicos	59,1	62,1	58,1	52,2	53,2	47,5	46,6
Total do SFN (*)	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Andima, 2001, p.33

* SFN (Sistema Financeiro Nacional)

GRÁFICO 2: Participação das Instituições nos Créditos da área Bancária no período de 1994 a 2000. (%)



Fonte: Elaboração a partir de Andima, 2001, p.33.

A tabela 6 e o Gráfico 2 deixa evidente a expressiva participação dos bancos públicos no volume de crédito do sistema bancário, mostrando que este segmento ainda é o grande responsável pela oferta de crédito no país. Porém, como o objetivo da pesquisa destina-se a fazer uma comparação entre os bancos privados nacionais e bancos estrangeiros, não será considerada a análise da oferta de crédito dos bancos públicos.

Em termos de volume de crédito ofertado, os **bancos privados nacionais** apresentaram uma tendência de crescimento ao longo de quase todo período, cujo máximo esteve em 35,4% em 1995, e o mínimo em 31% em 1998. O maior volume de crédito ofertado em 1994 ocorreu justamente num período em que os bancos privados nacionais buscavam compensar a perda das receitas inflacionárias através da expansão na oferta de

crédito. Entre 1998 e 1999, a oferta de crédito tornava-se menos significativa em virtude da desvalorização do real no início de 1999, evidenciando a fragilidade da política econômica adotada pelo governo. (PASSOS, 2005).

Os **bancos estrangeiros**, apesar de apresentarem um movimento de aumento contínuo em suas operações de crédito, cujo mínimo esteve em 5,5% em 1994, chegando a 20,3% em 2000, continuaram mantendo uma participação nas operações de crédito inferior a dos bancos privados nacionais. A contrapartida deste movimento de pequena participação dos bancos estrangeiros em termos de oferta de crédito pode ser explicada pela participação de aplicações em títulos públicos. (PASSOS, 2005).

O incentivo do governo através da colocação de um grande volume de títulos públicos no mercado em meio a um ambiente de altas taxas de juros e as instabilidades geradas pelas crises externas (asiática, mexicana e russa) tornava as operações com títulos públicos uma alternativa mais segura que as operações de crédito.

Neste contexto, pode-se concluir que as instituições estrangeiras, ao invés de trazer a experiência adquirida no seu país de origem para promover a expansão do crédito no Brasil, acabaram adotando os mesmos procedimentos dos bancos privados nacionais, aproveitando a alta rentabilidade e liquidez dos papéis do governo, aumentando a participação destes títulos na composição de seu ativo e reduzindo a participação das operações de crédito.

4.5 - O Spread Bancário

Considerando que a composição do spread bancário afeta diretamente o custo do crédito ao tomador final, esta seção busca avaliar as mudanças que ocorreram na composição do spread após a entrada dos bancos estrangeiros no setor bancário nacional, avaliando se, de fato, pode-se afirmar que houve uma contribuição destas instituições para a redução na taxa de juros cobrada nos empréstimos. “O spread pode ser definido como a diferença entre as taxas de juros básicas (de captação) e as taxas finais (custos ao tomador).” (BACEN, 1999, p.3).

TABELA 7: Spread Bancário do Setor Bancário Brasileiro no período de 1994 a 2000 (% ao ano)

Ano	Spread Pessoa Jurídica	Spread Pessoa Física	Spread Médio
1994	100,18	176,69	139,22
1995	97,05	155,87	127,34
1996	43,26	84,37	56,37
1997	45,09	93,50	63,26
1998	41,29	92,25	58,44
1999	29,34	69,15	43,20
2000	21,57	49,68	36,11

Fonte: Troster, 1998, p.14

Conforme já visto anteriormente, a estabilidade alcançada pela economia doméstica a partir da implantação do Plano Real contribuiu num primeiro momento para que ocorresse um expressivo aumento na demanda por operações de crédito. O aumento na demanda por estas operações surgia como uma perspectiva para os bancos alcançarem elevados lucros e substituírem as suas receitas inflacionárias. Com a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real, o cenário brasileiro mostrava-se favorável a expansão das operações de crédito. Esta expansão nas operações de crédito permitia aos bancos manter sua tradição de lucros elevados. (CARVALHO et al, 2002). No período de 1994 a 1995 a manutenção do elevado spread bancário obtido pelas instituições bancárias ocorreu a partir desta expansão nas operações de crédito. Estimulados por um processo de ajuste, com a perda das receitas inflacionárias conforme destacado anteriormente, os bancos passaram a transferir os riscos destas operações de crédito para o tomador final através da cobrança de elevadas taxas de juros, que proporcionava os elevados spreads bancários.

Durante o período analisado, passa a ocorrer um movimento de redução do spread, conforme se verifica na tabela 7, em virtude das medidas restritivas voltadas a diminuir as operações de crédito dos bancos. Com a redução dos empréstimos, o spread obtido a partir das taxa cobradas nestas operações passa também por uma redução.

O programa de estabilidade fiscal em curso desde o final de 1998 estabeleceu condições para um regime fiscal consistente. A partir desse fato, diminuindo as incertezas através de um arcabouço da política monetária, abriu-se espaço para que ocorresse uma perspectiva de queda na taxa básica de juros e de uma redução no spread bancário. Estas medidas impulsionariam a demanda interna, porém, esta demanda só se tornaria favorável a partir de aumento na oferta de crédito dado um ambiente econômico em crescimento. (BACEN, 1999).

A estabilidade de preços que vinha sendo mantida desde a implantação do Plano Real criava uma perspectiva para a redução do spread bancário no mercado interno. Esta redução já vinha sendo objetivo das políticas governamentais, cujo objetivo principal era o de promover a redução das altas taxas de juros cobradas nas operações de crédito concedidas, e a partir de tal fato estimular o aumento destas operações aos tomadores de recursos.

No que diz respeito à composição do spread bancário, algumas mudanças ocorreram ao longo da década de 90. As mudanças na composição do spread contribuem para verificar se o comportamento da taxa de juros cobrada nos empréstimos vem se mostrando favorável aos tomadores de recursos. Tal fato pode ser observado a partir de uma redução no spread bancário de acordo com os objetivos pretendidos pela política do governo.

A análise da tabela 8 nos permite observar o comportamento do spread bancário praticado pelas instituições ao longo do período de 90, permitindo que se verifiquem as possíveis mudanças que possam ter ocorrido no volume de crédito ofertado e nas taxas cobradas nestas operações quando ocorrem modificações nos principais componentes do spread bancário.

TABELA 8: Composição do Spread Bancário do Setor Bancário Brasileiro - Dados Anuais (em % ao mês)

Taxa Anuais	Taxas de captação CDB's ¹¹	Impostos Indiretos	Despesa Adm.	Inadimplência (Saldo PDD)	IR/CSL Lucro do Banco	Lucro do Banco	Empréstimo	CPMF	Custo do tomador
Dez/94	3,60%	0,25%	1,48%	1,68%	1,83%	0,79%	9,63%	0,15%	9,78%
Dez/95	2,49%	0,27%	1,28%	1,30%	1,64%	0,61%	7,58%	0,00%	7,58%
Dez/96	1,69%	0,22%	1,13%	0,75%	0,62%	0,50%	4,92%	0,00%	4,92%
Dez/97	2,64%	0,26%	0,91%	0,59%	0,72%	0,95%	6,07%	0,13%	6,20%
Dez/98	2,03%	0,26%	0,85%	0,99%	0,60%	0,80%	5,54%	0,13%	5,67%
Jun/99	1,50%	0,28%	0,81%	1,28%	0,38%	0,64%	4,88%	0,27%	5,15%

Fonte: Bacen, 1999, p.19¹²

¹¹ Os CDB's são títulos de crédito, físico ou escritural, emitido pelos bancos comerciais que representam depósitos a prazo para o cliente. Ao final do prazo do contrato, que varia de 1 dia a 12 meses dependendo do tipo de remuneração contratada, o banco terá que pagar a remuneração prevista para o aplicador, que será sempre superior ao valor aplicado. (Disponível em <http://www.bcb.gov.br>, acesso em 05/04/2006).

¹² "Para mensuração da composição do spread bancário no período, utilizou-se na amostra os seguintes bancos: Itaú, Bradesco, Real, Safra, BCN, Sudameris, BBA, ABN-Amro, Mercantil Finasa, CCF-Brasil, Citibank, Bozano Simonsen, BankBoston, e Unibanco, cujos os dados foram utilizados a partir de julho/98, o banco HSBC, a partir de janeiro/98, Santander a partir de janeiro/98, e BFB a partir de janeiro/97." (Bacen, 1999 a, p.19).

Conforme verifica-se na tabela 8, a diferença entre as taxas de juros em que os bancos captam seus recursos e as taxas em que emprestam ao tomador final, tem sido expressivas. No período de 1994 a 1995, estas diferenças são caracterizadas por um ambiente de adaptação dos bancos nacionais, período no qual tiveram que substituir suas receitas geradas pela inflação por uma expansão nas operações de crédito. As elevadas taxas de juros praticadas ao longo dos anos 90, permitiram aos bancos obter um elevado spread em suas operações de crédito à medida que diluíam os riscos de suas operações para os tomadores de recursos através do encarecimento do custo do crédito.

Em primeiro lugar, observa-se pela tabela 8, que o spread bancário passa pela redução no custo de crédito, a partir de 1994, quando o custo do crédito apresenta-se como o maior do período. A taxa de juros que se situava em torno de 9,78% a.m foi reduzida para 4,92% a.m em 1996, a menor taxa durante o período analisado. A política monetária que vinha sendo adotada com o intuito de conter as pressões inflacionárias e reduzir a taxa básica de juros na economia sinalizava um ambiente macroeconômico mais estável com tendência de queda nos risco de crédito que assumiam as instituições bancárias.

Observa-se também que ocorreu uma redução na taxa de inadimplência do setor. A redução na inadimplência veio acompanhada de uma queda nos juros cobrados nas operações de crédito. A inadimplência no setor que se situava em torno de 1,68% a.m em dezembro de 1994, atingiu 0,75% a.m em dezembro de 1996. Este resultado foi influenciado pelos motivos já ressaltados anteriormente quando o governo tentava estabilizar a economia, diminuindo a taxa básica de juros da economia e sinalizando a retomada de crescimento econômico no país. (BACEN, 1999). A partir de um ambiente mais estável e com a taxa de juros em patamares menores, ocorreria também uma redução na taxa de juros cobrada nos empréstimos, que acabou tendo um impacto positivo sobre a taxa de inadimplência do setor, um movimento que se reverte já em 1997 com uma elevação da inadimplência no setor bancário.

As variações no custo ao tomador de crédito foram influenciadas também pelo peso das despesas administrativas sobre o spread bancário. Os bancos acabam cobrando um adicional de juros nas suas operações bancárias em face destas despesas sobre o seu lucro. Em 1999 as despesas administrativas equivaliam a 22% do spread total. Conforme se observa na tabela 8, a queda nas alíquotas de IR (Imposto de Renda) e da

CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) que ocorreu a partir de 1996¹³ provocou uma redução nas despesas administrativas, e o mesmo fenômeno acabou ocorrendo com o custo das operações de crédito. (BACEN, 1999, p.9). Em 1997, diante das turbulências que ocorreram no ambiente internacional e interno a partir da crise asiática, aumentou a percepção de risco pelos bancos, e, como consequência deste processo, a taxa de juros dos empréstimos acabou sofrendo uma nova elevação.

Desde o final de 1998, o governo através de um programa de estabilidade fiscal, vinha estabelecendo condições para garantir a estabilidade econômica no país, evitando pressões inflacionárias. A partir da perspectiva de estabilidade de preços o governo pretendia garantir que continuasse se mantendo também a estabilidade para negócios financeiros realizados pelo setor bancário, evitando que os bancos pudessem transferir o custo da perda de seus lucros para as condições de crédito, diminuindo a oferta e tornando maiores as taxas cobradas nas operações ao tomador de recursos. (BACEN, 1999).

Constata-se, a partir da análise do spread bancário, que os bancos brasileiros foram capazes de desenvolver estratégias que lhes permitiram aproveitar as boas condições de lucratividade mesmo no período de queda da inflação. A capacidade dos bancos brasileiros em defender suas margens de lucratividade conforme visto anteriormente, acabou transferindo-se para tomador final, através da cobrança de maiores taxas de juros nas operações de crédito. (CARVALHO et al, 2002). Do mesmo modo, os bancos estrangeiros acabaram aproveitando as condições que oferecia o cenário de instabilidades apresentando pelo setor doméstico em alguns momentos, mas que, porém, tornava favorável a prática de elevados spreads, e cobrança de juros altos ao tomador de empréstimos. A redução que se observou no custo do crédito, após a entrada dos bancos estrangeiros, e que esteve relacionada a uma perspectiva do governo brasileiro em torno da estabilidade de preços, estimulando a redução do spread e a prática de menores taxas de juros, tornando favorável um aumento na demanda e na oferta de crédito interna não parece, portanto, estar associada à entrada dos bancos estrangeiros. (BACEN, 1999).

¹³ “Em 1996, as alíquotas de IR foram reduzidas de 25% para 15%, e seu adicional de 18% para 10%, seguida da queda da CSSL, que teve sua alíquota alterada de 30% para 12% no mesmo período.” (Bacen, 1999, p.9)

Concluindo-se, ressalta-se que esta seção buscou analisar o desempenho do segmento bancário, considerando tanto os bancos privados nacionais quanto os bancos estrangeiros no que diz respeito à oferta de crédito e ao custo destas operações, assim como de sua capacidade de alcançar elevados lucros, através de uma análise desses bancos considerando tanto os aspectos microeconômicos e macroeconômicos.

No aspecto microeconômico a atuação do banco como firma bancária é avaliada a partir da busca pela maximização de lucros. Para alcançar tal objetivo os bancos tomam suas decisões de portfólio influenciados pelas condições do ambiente macroeconômico. Considerando este aspecto, os bancos nacionais e estrangeiros demonstraram uma significativa capacidade em administrar seu portfólio de modo a alcançar a maximização de lucros. Nos períodos em que a economia se mostrava desfavorável as aplicações de mais longo prazo e que ofereciam maiores riscos, os bancos direcionaram seus recursos para aplicações mais líquidas e de alta rentabilidade.

Por outro lado, ao avaliar o desempenho macroeconômico do setor bancário, o foco estará no papel exercido pelos bancos como intermediários financeiros na economia, influenciando diretamente as condições de crédito ofertado, entendendo-se como condições de crédito, o volume e o custo.

Neste aspecto, analisa-se que a capacidade dos bancos, tanto os estrangeiros como os nacionais, acabou sendo influenciada pelas condições da economia doméstica e pela necessidade de manter sua lucratividade elevada, inclusive pela adoção de uma política que torna disponível a eles a existência de títulos rentáveis e de baixo risco. (CARVALHO et al, 2002). Diante de condições de incertezas sobre a economia doméstica os bancos direcionaram seus recursos para as aplicações em títulos públicos, e mesmo nos períodos em que ocorreu uma expansão na oferta de crédito, tal expansão sempre implicou em um custo de crédito elevado ao tomador final.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas estabilizadoras do Plano Real representaram um importante marco na reestruturação do Sistema Financeiro Nacional. Esperava-se que a partir destas medidas ocorresse um expressivo crescimento das operações de crédito no sistema bancário. De fato, num primeiro momento, as dificuldades enfrentadas pelos bancos nacionais após a perda das receitas inflacionárias levou a substituição destas receitas pela expansão das operações de crédito.

O receio de que uma explosão de consumo pudesse afetar a estabilidade monetária e o aumento da inadimplência que se seguiu após a elevação das taxas de juros acabaram exigindo do governo brasileiro a adoção de medidas mais restritivas para evitar um comprometimento da estabilidade alcançada na economia. Ao adotar essas medidas, o governo acabou dificultando a sobrevivência de algumas instituições nacionais. Neste momento foi imprescindível a intervenção do governo de forma a permitir uma reestruturação no setor a fim de resolver os principais problemas das instituições bancárias nacionais e garantir a estabilidade de todo sistema bancário.

O processo de reestruturação lançado pelo governo acabou viabilizando uma posterior participação dos bancos estrangeiros no setor bancário doméstico. As expectativas do governo em torno de melhores condições de crédito que poderiam ser obtidas a partir da presença destas instituições no setor doméstico, aliada também às expectativas destas instituições em torno dos lucros que poderiam obter dado um ambiente econômico estabilizado, permitiram que ocorresse um movimento de internacionalização do setor bancário no Brasil.

Através da entrada dos bancos estrangeiros no país, o governo buscava não só resolver os problemas momentâneos enfrentados por algumas instituições nacionais, mas, sobretudo, promover importantes melhorias nas condições de crédito para os tomadores de empréstimos. O que observou-se, porém, foi um forte interesse destas instituições por elevadas margens de lucratividade, fato que acabou interferindo nas escolhas de aplicações por parte dos bancos estrangeiros.

As perspectivas do ambiente macroeconômico doméstico influenciaram diretamente as escolhas de aplicações por parte dos bancos, sejam privados nacionais ou estrangeiros, determinando assim tanto a oferta de crédito como dos custos das operações

de crédito. Observou-se também que, a partir destas expectativas em torno do ambiente doméstico, as instituições bancárias, sejam as nacionais ou estrangeiras, acabaram optando por aplicações mais seguras, como as aplicações em títulos públicos.

Na busca pela maximização de lucros, o interesse dos bancos em promover as melhorias pretendidas pelas políticas governamentais no setor bancário brasileiro, via aumento da concorrência no setor, foi condicionado pelas tendências no mercado interno. Como consequência destas tendências, em momentos de instabilidades na economia do país, a oferta de crédito acabou restringindo-se em detrimento de um maior volume de aplicações em títulos públicos por parte das instituições bancárias.

Neste aspecto, a expectativa das autoridades governamentais em torno de promover melhores condições de crédito no setor bancário nacional, acabou desconsiderando a questão da preferência pela liquidez e a busca pela maximização de lucros por parte dos bancos defendida pela teoria pós-keynesiana. Estes aspectos acabaram influenciando as decisões dos bancos e interferindo numa possível expansão da oferta de crédito, ou de uma redução no custo do crédito aos tomadores de recursos.

Ao considerar as perspectivas positivas do governo em torno da internacionalização do setor bancário, CORAZZA (2000) afirma que embora seja possível afirmar que a internacionalização bancária no Brasil tenha resultado em um setor bancário mais concentrado, mais fortalecido, e com níveis de rentabilidade próximos aos padrões internacionais, no que se refere a tornar melhores as condições de crédito aos tomadores de empréstimos, esse processo ainda está muito aquém do desejável, pois, de fato, os bancos estrangeiros procuraram explorar as possibilidades de lucros já existentes no setor nacional.

Constatou-se também que o portfólio de aplicação dos bancos, acabou sendo influenciado pelo crescimento da dívida pública, e pelas medidas restritivas adotadas pelas autoridades monetárias frente à expansão do crédito que ocorreu logo após a implantação do Plano Real. O crescimento da dívida pública possibilitou um aumento da oferta de títulos públicos. Por serem aplicações mais rentáveis e de maior liquidez, os bancos passaram a investir grande parte de seus recursos neste tipo de aplicação, aumentando a participação dos títulos públicos em seu portfólio.

Neste aspecto, o interesse dos bancos por aplicações de maior liquidez e, sobretudo, de maior rentabilidade, como os títulos públicos, esteve relacionada à necessidade dos bancos em alcançar ganhos microeconômicos, buscando a maximização

de lucros. Constatou-se que, ao contrário do que pretendiam as autoridades governamentais, a participação dos bancos estrangeiros no país, embora possa ter contribuído para o aumento da eficiência microeconômica, não se traduziu em eficiência macroeconômica para o setor bancário nacional. Mesmo após a entrada dos bancos estrangeiros, o setor bancário nacional não conseguiu transformar a eficiência microeconômica obtida em melhores condições de crédito para os tomadores de recursos.

Além disso, as medidas restritivas impostas aos bancos a partir da adesão do Brasil ao Acordo da Basiléia acabaram também incentivando os bancos a diminuírem a participação das operações de crédito no total de seu ativo. A exigência de um limite de capital mínimo para a realização das operações de crédito estabelecida pelo acordo acabou levando os bancos a diminuírem o volume de crédito ofertado e a aumentar a aplicação em títulos públicos.

Constatou-se, portanto, que, apesar das perspectivas positivas em torno do desempenho das instituições estrangeiras sobre as condições de crédito, a oferta de crédito por parte destas instituições, assim como das instituições nacionais, esteve condicionada não só as condições macroeconômicas no ambiente interno e externo, como também ao estímulo por parte das autoridades governamentais para que um maior volume de recursos fosse direcionado à aquisição de títulos da dívida.

De acordo com as informações pesquisadas, a melhoria nas condições de crédito no país só ocorrerá a partir do momento em que a economia doméstica ofereça também condições mais favoráveis para que o risco dos juros praticados no país não interfira negativamente no custo do crédito ao tomador final.

Para que as instituições bancárias, dentre elas as instituições estrangeiras, promovam as melhorias necessárias nas condições de crédito do sistema bancário brasileiro, melhorando a oferta e o custo das operações de crédito, é necessário que haja também um estímulo a este tipo de operação, limitando a carteira de títulos públicos dos bancos e diminuindo as exigências sobre a concessão de operações de crédito. Neste aspecto o Acordo da Basiléia representou uma importante medida que através de rigorosas exigências acabou dificultando a concessão de crédito pelo sistema bancário nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIMA. Relatório econômico. **O novo perfil do sistema financeiro**. Rio de Janeiro, 2001.p.34-90.

BARROS, José R. Mendonça; ALMEIDA JÚNIOR, Mansueto Facundo. **A Reestruturação do Sistema Financeiro no Brasil**, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sisbacen. **Balancete dos Bancos**, vários números. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 10 de agosto de 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas. **Juros e spread bancário no Brasil**. Outubro, 1999. Disponível em <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 10 de setembro de 2005.

CARVALHO, Carlos E. et al. **Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente**. Texto para Discussão N.º882. IPEA, Brasília, 2002. p.05-69.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. et al. Economia monetária e financeira. **Teoria e Política**, Rio de Janeiro, Campus, 2000. p.252-272.

CORAZZA, Gentil. **Crise e reestruturação bancária no Brasil**. UFRGS, 2000. p.02-19.

FERRARI FILHO, Fernando. O legado do Plano Real: **uma estabilização sem crescimento econômico**, 2001. p.02-20 Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em 30/03/2006.

FREITAS, Maria C. Penido. **Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro**, 1997 (a). p.101-173.

FREITAS, Maria C. Penido. **A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira**. Economia e Sociedade, Campinas (8). Junho, 1997 (b). p.51-83.

LUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**, São Paulo. Ed. Atlas. 1998. p. 111; 114.

OREIRO, José Luís, PAULA, Luiz Fernando. **Fatores macroeconômicos do spread bancário**. Valor econômico, 2005. Disponível em <http://www.ie.ufrj>. Acesso em 10 de Novembro de 2005.

PASSOS, Daniel. **O Desempenho dos bancos e a economia no Brasil em 1998**. Dieese, 1999. Disponível em <http://www.dieese.org.br>. Acesso em 05 de setembro de 2005.

PAULA, Luiz Fernando. **Dinâmica da firma bancária: uma abordagem não convencional**. Rio de Janeiro, julho/setembro, 1999 (a). p.323-355.

PAULA, Luiz Fernando. **Teoria da firma bancária**. Macroeconomia Moderna, Capítulo 7, 1999 (b). p.171-189.

PAULA, Luiz Fernando et al. **Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o plano real (1994/98)**. Est. Econ., São Paulo, v.31, n.2, 2001. p.285-319.

PAULA, Luiz Fernando; MARQUES, M^a Beatriz L. **Tendências Recentes da Consolidação Bancária no Mundo e no Brasil**. UFRJ, 2004. p.16-30. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br>. Acesso em 10 de outubro de 2005.

SOARES, Ricardo Pereira. **Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma explicação**. Texto para discussão n ° 808. Ipea. 2001, p.5-44.

TROSTER, Roberto Luis. **Concentração bancária**, 1998. p. 01-16. Disponível em: <http://www.febraban.org.br>. Acesso em 12 de agosto de 2005.

VASCONCELOS, Marcos R et al. Os efeitos da entrada de bancos estrangeiros no setor bancário brasileiro: **evolução do crédito e dos indicadores operacionais**. 5º Encontro Anpec/Sul, Florianópolis, 26 e 27 de fevereiro de 2002. p.01-25.